



Escola Superior do
Ministério Público

FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
GESTÃO PÚBLICA EAD**

BRASÍLIA/DF.

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Mantida pelo Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

REPRESENTANTE LEGAL

Dra. Eunice Pereira Amorim Carvalho

ADMINISTRAÇÃO INSTITUCIONAL

Diretora Geral

Dra. Eunice Pereira Amorim Carvalho

Diretor Adjunto-Acadêmico

Dr. Roberto Carlos Silva

Secretária Acadêmica

Juliana Nascimento de Albuquerque

Procuradora Institucional

Dra. Eunice Pereira Amorim Carvalho

Coordenador do Núcleo de Educação a Distância

Prof. Dr. Romes Heriberto Pires de Araújo

Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Prof. Dr. Lincoln Nogueira Marcellos

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Profa. Ma. Irma Filomena Lobosco

Prof. Dr. Lincoln Nogueira Marcellos

Prof. Me. Marcelo Salles da Silva

Prof. Dr. Roberto Padilha Moia

Profa. Pós-Dra. Sandra Regina Martini

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA E MANTIDA

Mantenedora: Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Sigla: FESMPDFT.

Código e-MEC: 13354.

CNPJ: 26.989.137/0001-04.

Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Privado - Sem fins lucrativos - Fundação.

Inscrição Estadual: Isento.

Endereço: Setor SRTV/Sul, Quadra 701, Bloco I, Lote 09, CEP 70340-905, Brasília/DF.

Mantida: Escola Superior do Ministério Público.

Sigla: ESCOLAMP.

Código e-MEC: 18800.

Endereço: Quadra CRS 502 Bloco A, Asa Sul, CEP 70330-510, Brasília/DF.

Site: www.escolamp.org.br - **e-Mail:** escolamp@escolamp.org.br

Telefone: (61) 3226.4643.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Unidade Acadêmica: Escola Superior do Ministério Público - ESCOLAMP.

Curso: Gestão Pública.

Tipo: Graduação.

Grau: Tecnológico.

Modalidade: Educação a Distância.

Situação Legal: Em processo de Autorização autorização.

Duração: 04 semestres.

Período mínimo para integralização: 04 semestres.

Período máximo para integralização: 06 semestres.

Número de vagas (anual): 100 vagas.

Carga horária total: 1.880 horas-relógio.

Coordenador do Curso: Prof. Doutor Lincoln Nogueira Marcellos.

Local de funcionamento: Quadra CRS 502 Bloco A, Asa Sul, CEP 70330-510, Brasília/DF.

SUMÁRIO

1. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	8
1.1 Histórico da Mantenedora	8
1.2 Histórico da Mantida	8
1.3 Missão, Visão e Valores	8
1.4 Contextualização Regional (Estado do Distrito Federal e Município de Brasília)	9
1.5 Políticas Institucionais no âmbito do Curso de Gestão Pública	24
1.6 Concepção do Curso de Gestão Pública	26
1.7 Objetivos do Curso	26
1.7.1 Objetivo Geral	26
1.7.2 Objetivos Específicos	27
1.8 Perfil do Egresso	28
1.9 Competências Profissionais	30
1.10 Campo de Atuação do Egresso	30
1.11 Estrutura Curricular	31
1.12 Matriz Curricular	32
1.13 Metodologia do Processo Ensino Aprendizagem	35
1.14 Estratégias de Flexibilização Curricular	38
1.15 Ementas e Bibliografias	40
1.16 Periódico Especializado que complementam as Unidades Curriculares	75
1.17 Trabalho Interdisciplinar Integrador (TII)	76
1.18 Procedimentos de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	77
1.19 Articulação da Autoavaliação do Curso com a Autoavaliação Institucional	79
1.20 Apoio ao Discente	82
1.21 Programas de Extensão	84
1.22 Iniciação Científica	85
1.23 Acompanhamento de Egressos	86
1.24 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	87
1.25 Atividades de Tutoria	89
1.26 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria	93

1.27 Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) no Processo de Ensino-Aprendizagem	94
1.28 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	112
1.29 Material Didático	114
1.30 Número de Vagas	117
2. CORPO DOCENTE	117
2.1. Núcleo Docente Estruturante - NDE	117
2.2. Equipe multidisciplinar	119
2.3 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	120
2.4 Coordenador do Curso	123
2.4.1 Atuação do Coordenador	124
2.4.2 Experiência do Coordenador do Curso	125
2.4.3 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso	127
2.5 Colegiado do Curso	127
2.6 Corpo Docente do curso	130
2.7 Titulação do Corpo Docente	132
2.8 Regime de Trabalho	133
2.9 Experiência Profissional do Corpo Docente	133
2.10 Experiência na Docência do Ensino Superior	134
2.11 Produção Científica, Cultural ou Tecnológica do Corpo Docente do Curso	135
2.12 Desenvolvimento Docente	135
2.13 Experiência no exercício da docência na educação a distância.	137
2.14 Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	138
2.15 Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	138
2.16 Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	138
2.17 Interação entre tutores a distância, docentes e coordenadores de curso a distância.	139
3. INFRAESTRUTURA	139
3.1 Espaço Físico	139
3.2 Equipamentos	141
3.3 Biblioteca	142
3.4 Laboratório	145

APRESENTAÇÃO

A **Escola Superior do Ministério Público, ESCOLAMP**, apresenta neste documento uma proposta de nova oferta, por meio do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade a distância, trabalho desenvolvido por uma Comissão de docentes, composta por membros que compõem o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e a coordenação do referido curso.

Trata-se, pois, de um conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática pedagógica pretendida para o curso e um posicionamento institucional frente ao contexto educacional e o desenvolvimento da área de conhecimento em pauta, amplamente discutido pela Instituição proponente.

Pretende-se aqui definir a identidade, a diferenciação e a originalidade do curso, bem como, sendo documento de reflexão, trazer-lhe perspectivas, prever possíveis mudanças necessárias, assim como mecanismos de avaliação permanentes a fim de manter a excelência na qualidade de ensino que será buscada por toda a instituição e garantir que esta qualidade esteja refletida nesta nova proposta.

Este Projeto Pedagógico foi elaborado levando-se em consideração o Plano de Desenvolvimento Institucional; a legislação vigente, especialmente as Diretrizes Curriculares do Curso visando, portanto, a oferta de um Curso que primará pela formação qualitativa desse profissional para atuar em diversos campos de abrangência.

O documento inicia-se com a descrição de um perfil da Instituição de Ensino que abrigará o Curso em questão e a inserção regional deste. Segue com a apresentação dos dados gerais do curso e sua organização pedagógica, incluindo as concepções teórico-metodológicas. Avança com a descrição do Corpo Docente que atuará no Curso e do núcleo que desenvolveu a proposta. Apresenta a infraestrutura de apoio geral oferecida pela Instituição e a descrição dos processos de avaliação que serão utilizados para avaliar os alunos e o próprio curso. Por fim, são explicitadas as condições de funcionamento do curso no que se refere às instalações físicas e infraestrutura tecnológica.

1. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

1.1. Histórico da Mantenedora

A mantenedora, **Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - FESMPDFT**, com o CNPJ nº 26.989.137/0001-04, foi constituída em 07/02/1991, conforme rege sua Escritura de Constituição, registrada no Cartório do 1º Ofício de Notas de Brasília/DF, tem sua sede localizada no SCRS Quadra 502, Bloco A, Loja 55, Asa Sul, CEP: 70.330-510, Brasília/DF. Tem a responsabilidade de promover condições adequadas de funcionamento das atividades da **Escola Superior do Ministério Público - ESCOLAMP**, colocando à disposição os bens móveis e imóveis necessários, de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos, e assegurando-lhe os suficientes recursos humanos e financeiros de custeio.

1.2 Histórico da Mantida

A **Escola Superior do Ministério Público - ESCOLAMP**, é mantida pela **Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - FESMPDFT**, Pessoa Jurídica de direito privado, com sede em Brasília, constituída e registrada na forma da lei. É uma instituição permanente de ensino superior, com limite territorial de atuação circunscrito ao Distrito Federal.

1.3 Missão, Visão e Valores

A **Escola Superior do Ministério Público** é uma instituição comprometida com a formação, com a ética e com a qualificação de profissionais na sua área de atuação. Dessa forma, tem por **Missão**:

“Promover e estimular o aperfeiçoamento profissional e acadêmico por meio do ensino e pesquisa em temas jurídicos e afins, prioritariamente de interesse do Ministério Público”.

De acordo com a sua **Visão**, a **ESCOLAMP** pretende:

“Ser referência educacional em sua área de atuação, reconhecida por sua excelência e inovação, geração e disseminação do conhecimento, formando profissionais com competências transformadoras”.

Tem por VALORES:

- ✓ Sucesso
- ✓ Referência
- ✓ Respeito
- ✓ Honestidade
- ✓ Compromisso
- ✓ Transparência
- ✓ Qualidade e Inovação
- ✓ Consistência
- ✓ Congruência

1.4 Contextualização Regional (Estado do Distrito Federal e Município de Brasília)

O **Distrito Federal é um dos 27 entes federados do Brasil**. Está localizado na Região Centro-Oeste do país, em uma zona de clima tipicamente tropical e de vegetação de Cerrado. A instalação do Distrito Federal remete à criação de Brasília, e a sua história está ligada política e economicamente à transferência da capital federal para o interior brasileiro.

O Distrito Federal **é dividido em 33 regiões administrativas**, e a sua forma de governo está baseada nos Três Poderes nacionais, sendo o Poder Legislativo distrital uma mescla dos Legislativos estaduais e municipais do Brasil. Possui cerca de 3 milhões de habitantes, a grande maioria formada por imigrantes e descendentes, cenário que culminou em uma grande diversidade cultural.

Brasília é mais que o centro político do Brasil, é um polo econômico, com expressivo mercado consumidor, com 2,9 milhões de pessoas com renda média até três vezes maior que a nacional, evidenciando um grande potencial de desenvolvimento. Além disso, Brasília é referência em economia criativa, como música, teatro, dança, moda, novas mídias, televisão, games e outras

produções artísticas fazem parte desse setor que cresce a cada ano. Já são mais de 22 mil pessoas na economia criativa, o que significa 1,5% da fatia do mercado local. Atualmente o setor de serviços é responsável por 71% de toda a atividade econômica.

▪ **Dados gerais do Distrito Federal**

Região: Centro-Oeste.

Capital: Brasília.

Área territorial: 5.760 km² (IBGE, 2019).

População: 3.055.149 habitantes (IBGE, 2020).

Densidade demográfica: 444,6 hab./km² (IBGE, 2010).

Fuso: UTC-3.

Clima: tropical.

História do Distrito Federal

O território atual do Distrito Federal era ocupado por diversas tribos indígenas. A partir do processo de colonização do Brasil e, em especial, pela **descoberta de jazidas de ouro em Goiás e Mato Grosso**, a região se transformou em um ponto de passagem das rotas de exploração e de comércio. Dessa maneira, pequenos núcleos urbanos foram instalados na região.

Por sua vez, o **desejo da criação de uma cidade planejada para função de capital** do Brasil remete ao período do Brasil Colônia e se perpetuou ao longo do tempo, com maior destaque por meio da aprovação da Constituição de 1891, primeiro documento constitucional do país que tratava explicitamente da transferência da capital federal, localizada no Rio de Janeiro, para o interior do território brasileiro.

A criação de uma nova capital indicava a **necessidade da instalação de um Distrito Federal**, correspondente à área de influência da capital federal. Esse modelo já era adotado em outros países cuja forma de organização estava baseada no federalismo, como os Estados Unidos.

Sendo assim, por meio da ação do **governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961)**, o projeto tomou forma e saiu do papel, destacando-se a atuação dos arquitetos Lúcio Costa e Oscar

Niemeyer e do engenheiro Joaquim Cardozo. A escolha da localização do Distrito Federal se deu em razão de questões políticas e geoestratégicas, como o fortalecimento da segurança nacional do país e o desenvolvimento do **povoamento das regiões interioranas do Brasil**.

A **construção de Brasília** começou em **1956** e a sua inauguração data de 21 de abril de 1960. A partir da construção da capital federal, delimitou-se o Distrito Federal, ou seja, a divisão administrativa da federação que corresponde ao poder central do país.

A região se consolidou como um **importante centro político do Brasil**, além de proporcionar a ocupação do território por meio da migração de populações de outras regiões do país. O Distrito Federal é a menor dentre as 27 unidades federativas do Brasil, sendo constituído por 33 regiões administrativas.



A criação de Brasília foi o fator preponderante para o crescimento econômico e demográfico do Distrito Federal.

O Distrito Federal está localizado na Região Centro-Oeste do Brasil e **faz divisa** com Goiás e Minas Gerais.

Divisão geográfica do Distrito Federal

O Distrito Federal está dividido em 33 regiões administrativas, sendo elas:

33 REGIÕES ADMINISTRATIVAS		
Plano Piloto	Samambaia	Varjão
Gama	Santa Maria	Park Way
Taguatinga	São Sebastião	SCIA
Brazlândia	Recanto das Emas	Sobradinho II
Sobradinho	Lago Sul	Jardim Botânico
Planaltina	Riacho Fundo	Itapoã
Paranoá	Lago Norte	SIA
Núcleo Bandeirante	Candangolândia	Vicente Pires
Ceilândia	Águas Claras	Fercal
Guará	Riacho Fundo II	Sol Nascente/ Pôr do Sol
Cruzeiro	Sudoeste/ Octagonal	Arniqueira

Fonte: IBGE.

Demografia do Distrito Federal

O Distrito Federal possui **cerca de 3 milhões de habitantes**. Em razão da elevada população absoluta e da pequena área territorial, o Distrito Federal apresenta a maior densidade demográfica dentre as unidades federativas do Brasil. A formação da sua população está atrelada, em especial, ao **intenso processo de imigração** vivenciado pela região a partir da construção da cidade de Brasília.

A transferência da capital do Brasil para a região fomentou o crescimento populacional do Distrito Federal e até mesmo das regiões vizinhas, uma vez que houve um intenso êxodo de populações de outras regiões do Brasil em busca de trabalho e renda em Brasília. No grupo de migrantes, destacam-se os nordestinos, que formaram o maior volume de população que mudou para a região ao longo da segunda metade do século XX.

Na atualidade, a população do Distrito Federal apresenta **elevadas taxas de crescimento**, sendo um dos principais núcleos urbanos do Brasil. A população local apresenta alto índice de renda, saúde e alfabetização. Porém, apesar dos elevados indicadores sociais, o Distrito Federal

apresenta **uma das maiores taxas de desigualdade social do país**, sendo comum a formação de bolsões de pobreza, principalmente nas áreas periféricas da região.



Na atualidade, o Distrito Federal é uma das principais aglomerações urbanas do país, com mais de 3 milhões de habitantes.

Governo do Distrito Federal

O funcionamento do sistema de governo do Distrito Federal possui algumas particularidades em relação aos demais entes federados, uma vez que há uma **lei orgânica distrital**, em contraponto aos documentos constitucionais que regem o governo dos demais entes federados brasileiros.

Dessa maneira, o Distrito Federal está dividido nos Três Poderes, porém **o Poder Legislativo acumula funções legislativas reservadas aos estados e municípios** brasileiros. Sendo assim, há o Poder Executivo, representado pelo governador; o Judiciário, representado pelos órgãos de Justiça, e, ainda, o Legislativo, que no Distrito Federal é formado pela Câmara Legislativa, órgão que mescla funções dos Poderes Legislativos municipais e estaduais.

O Distrito Federal possui **24 deputados distritais**. Já no sistema legislativo federal, o Distrito Federal está representado por **8 deputados federais e 3 senadores**.

Cultura do Distrito Federal

A cultura do Distrito Federal representa uma **mescla dos hábitos culturais provenientes das diferentes regiões do Brasil**. Esse cenário é dado em razão do processo de imigração vivenciado no Distrito Federal ao longo da segunda metade do século XX. O Distrito Federal apresenta um **grande número de equipamentos culturais**, como cinemas e museus, além de feiras e exposições de arte e cultura.

Na música, destacam-se gêneros urbanos, como o rock e o hip-hop. A influência dos gêneros musicais nordestinos também é muito grande, assim como do sertanejo, muito apreciado na Região Centro-Oeste. Do mesmo modo, **a culinária apresenta uma junção de pratos típicos brasileiros**. No esporte, destaca-se o futebol, além do automobilismo e de atividades como ciclismo e corrida. A cidade de Brasília, sede do governo do Distrito Federal, é Patrimônio Cultural da Humanidade.

Economia do Distrito Federal

A economia do Distrito Federal está **ancorada no setor terciário**, em razão da concentração da mão de obra local no **funcionalismo público**. O governo federal e distrital são os principais empregadores do Distrito Federal. Além disso, o setor terciário é marcado pela grande oferta de comércio e de serviços, e a capital, Brasília, é um dos polos de influência da Região Centro-Oeste do Brasil. O **turismo** também é um vetor econômico importante, em especial o turismo histórico e de negócios.

Por sua vez, o **setor primário**, voltado para as atividades agropecuárias, está concentrado na **produção de legumes e verduras para consumo interno**. O Distrito Federal apresenta regiões produtoras de alimentos, chamadas de Cinturões Verdes, que são voltadas para o abastecimento local. Já **o setor secundário possui pouca importância** na economia local, sendo predominantes indústrias como as gráficas, as farmacêuticas e as de tecnologia de informação.

Encontramos ainda as características socioeconômicas da população, como a quantidade de automóveis por habitante, população conectadas à internet e a renda domiciliar Per Capita:



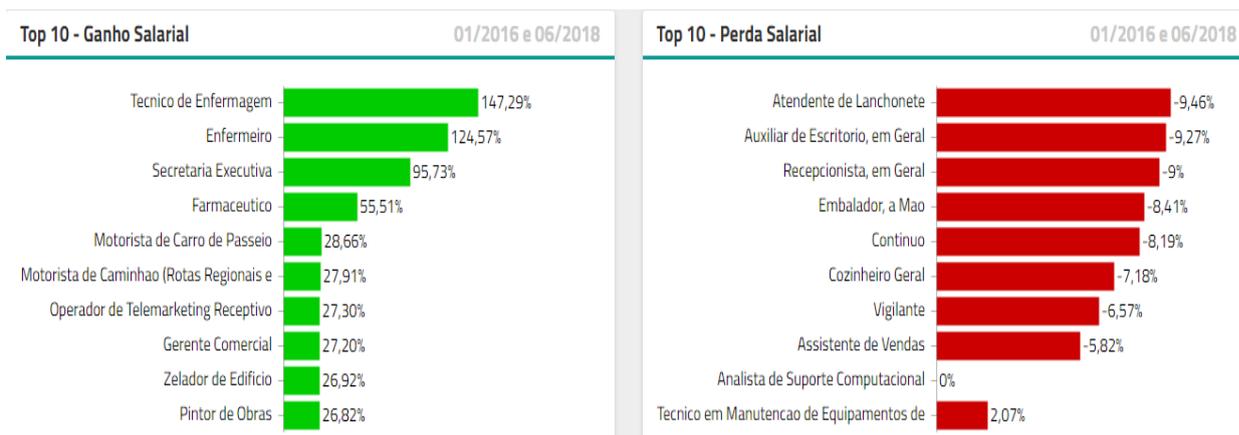
Fonte: <http://siedf.codeplan.df.gov.br>

Em 2016, o salário médio mensal era de 5.3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 45.9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 1 de 1 e 1 de 1, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 7 de 5570 e 82 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 30.9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 1 de 1 dentre as cidades do estado e na posição 4510 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2018).

Como umas das cidades mais importantes do cenário econômico, Brasília é mais que o centro político do Brasil, é um polo econômico, com expressivo mercado consumidor, com 2,9 milhões de pessoas com renda média até três vezes maior que a nacional, evidenciando um grande potencial de desenvolvimento. Além disso, Brasília é referência em economia criativa, como música, teatro, dança, moda, novas mídias, televisão, games e outras produções artísticas que fazem parte desse setor que cresce a cada ano. Já são mais de 22 mil pessoas na economia criativa, o que significa 1,5% da fatia do mercado local. Atualmente, o setor de serviços é responsável por 71% de toda a atividade econômica. Observamos a partir do monitor de mercado de trabalho, a movimentação do emprego formal de janeiro de 2016 até junho de 2018:

ADMISSÕES	DEMISSÕES	SALÁRIOS MEDIANO EM JUNHO DE 2018	VARIAÇÃO MÉDIA SALARIAL
596.287	617.248	R\$ 1.156,00	15,6%

Vejamos detalhes abaixo:



Fonte: <http://mmt.codeplan.df.gov.br/>

Abaixo encontramos o cenário da ocupação e empresas da cidade de Brasília:

CADASTRA NACIONAL DE EMPRESAS	
Unidades Locais	94.201 unidades
Número de Empresas Atuentes	88.238 unidades
Pessoal Ocupado	1.367.181 pessoas
Pessoal Ocupado Assalariado	1.253.819 pessoas
Salário Médio Mensal	5,3 salários mínimos
Salários e Outras Remunerações	77.721.731,00 (x 1000) R\$

Fonte: IBGE

A maioria da população economicamente ativa da cidade (71,8%) trabalha na área de serviços, sendo que 15% é servidor da administração pública, defesa ou seguridade social, de acordo com dados de 2015 da Companhia de Planejamento do DF (Codeplan).

Como toda cidade grande, os números da violência são alarmantes, vejamos o cenário:



Fonte: <http://siedf.codeplan.df.gov.br/seguranca/filtragem/>

A **Escola Superior do Ministério Público** entende como umas das armas contra a violência e a desigualdade social, **o investimento na Educação, a mais importante ferramenta a favor do desenvolvimento da sociedade.**

Na Saúde, a cidade de Brasília possui uma lotação máxima da acomodação hospitalar, e uma taxa de mortalidade infantil média na cidade de 11.42 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.6 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 1 de 1 e 1 de 1, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 2917 de 5570 e 3103 de 5570, respectivamente.

Abaixo os números de morbidade hospitalar:

ÓBITOS	4.451	ÓBITOS
SEXO		
Masculino	2.326	óbitos
Feminino	2.125	óbitos
CAUSA		
Causas externas de morbidade e mortalidade	3	óbitos
Contato com serviços de saúde	7	óbitos
Doenças		
APARELHO CIRCULATÓRIO	920	óbitos
APARELHO DIGESTIVO	295	óbitos
APARELHO GENITURINÁRIO	175	óbitos
APARELHO RESPIRATÓRIO	903	óbitos
ENDÓCRINAS, NUTRICIONAIS E METABÓLICAS	106	óbitos
INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	730	óbitos
OLHOS E ANEXOS	0	óbitos
ORIGINADAS NO PERÍODO PERINATAL	119	óbitos
OSTEOMUSCULAR E TECIDO CONJUNTIVO	8	óbitos
OUVIDO E DA APÓFISE MASTÓIDE	0	óbitos
PELE E DO TECIDO SUBCUTÂNEO	12	óbitos
SANGUE, ÓRGÃOS HEMATOLÓGICOS, TRANSTORNOS IMUNITÁRIOS	35	óbitos
SISTEMA NERVOSO	116	óbitos
Gravidez, parto e puerpério	18	óbitos
Lesões, envenenamentos e causas externas	229	óbitos
Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	26	óbitos
Neoplasias		

TUMORES	624	óbitos
Sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais	115	óbitos
Transtornos mentais e comportamentais	10	óbitos

Fonte: IBGE

Dados Epidemiológicos

No Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) registrou 1.573 casos suspeitos de dengue, até a semana epidemiológica (SE) 18 de 2018, dos quais 1.493 (95%) são residentes do Distrito Federal (DF) e 80 (5%) em outros estados – sendo a maioria de Goiás, dois de Minas Gerais e dois da Bahia.

Entre os 1.140 casos prováveis, 1.095 residem no Distrito Federal e 45 nos outros estados mencionados anteriormente.

Na Tabela 2 está demonstrada a distribuição dos casos prováveis por dengue em residentes no DF, de acordo com a localidade de residência por Região de Saúde. A maioria dos casos prováveis (93,33%) residem nas seguintes Regiões de Saúde (RAs): Sudoeste (29%), Leste (22%), Centro-Sul (17%), Norte (16%) e Oeste (9%).

DISTRIBUIÇÃO DOS CASOS PROVÁVEIS DE DENGUE EM RESIDENTES DO DISTRITO FEDERAL, POR REGIÃO DE SAÚDE			
	2016	2017	2018
Centro-Norte	585	32	22
Asa Norte	222	19	9
Cruzeiro	42	3	1
Lago Norte	232	3	8
Sudoeste/Octogonal	53	3	1
Varjão	36	4	3
Centro-Sul	1.812	221	188
Asa Sul	198	17	3
Candangolândia	152	6	12
Guará	437	71	71
Lago Sul	116	7	6
N. Bandeirante	170	4	16
Park Way	65	3	5

Riacho Fundo I	179	23	27
Riacho Fundo II	139	35	11
SCIA (Estrutural)	343	55	34
SIA	13	0	3
Leste	2.444	251	238
Itapoã	520	29	77
Jardim Botânico	84	5	3
Paranoá	384	30	83
São Sebastião	1.456	187	75
Norte	2.130	370	178
Fercal	74	3	3
Planaltina	1.328	246	146
Sobradinho	406	64	16
Sobradinho II	322	57	13
Oeste	3.594	238	104
Brazlândia	1.893	28	24
Ceilândia	1.701	210	80
Sudoeste	3.403	364	313
Águas Claras	238	26	21
Recanto das Emas	679	53	42
Samambaia	1.047	139	146
Taguatinga	1.133	122	81
Vicente Pires	306	24	23
Sul	818	317	42
Gama	423	170	18
Santa Maria	395	147	24
Em Branco	423	13	10
Não Classificados	1	1	0
TOTAL	15.210	1.807	1.095

Fonte: SINAN Online

A distribuição percentual dos casos prováveis de dengue por faixa etária, em residentes no DF, até a SE 18 de 2018, demonstra maior adoecimento entre 20 a 49 anos (43,64%), entre 5 a 19 anos (25,16%), em seguida, de 50 a maiores de 80 anos (13,17%). Crianças menores de 5 anos representam (18,02%) dos casos – observa-se elevação nas notificações nesta faixa etária.

No Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) registrou 65 casos suspeitos de febre Chikungunya, até a SE 18 de 2018, dos quais 58 (89%) são residentes do Distrito Federal (DF) e

7 (11%) em outros estados – sendo a maioria de Goiás, um da Bahia e um de Minas Gerais. Entre os 28 casos prováveis, 25 residem no DF e 3 em outros estados - Bahia, Goiás e Minas Gerais.

Os casos prováveis residentes no DF até a SE 18 de 2018 são das Regiões de Saúde: Sudoeste (11), Leste (5), Norte (4), Centro-Sul (3) e Oeste (2). No mesmo período em 2017, foram notificados 61 casos prováveis, residentes nas Regiões de Saúde: Sudoeste (19), Leste (8), Oeste (8), Centro-Sul (9), Norte (6), Sul (6) e Centro-Norte (4).

REGIÃO DE SAÚDE CASOS DE CHIKUNGUNYA			VARIAÇÃO %
	2017	2018	
Centro-Norte	4	0	-100
Asa Norte	2	0	-100
Cruzeiro	0	0	0
Lago Norte	2	0	-100
Sudoeste/Oct	0	0	0
Varjão	0	0	0
Centro-Sul	9	3	-67
Asa Sul	1	0	-100
Candangolândia	0	0	0
Guará	6	2	-67
Lago Sul	1	0	-100
N. Bandeirante	0	0	0
Park Way	0	0	0
Riacho Fundo I	0	1	+/-
Riacho Fundo II	0	0	0
SCIA (Estrutural)	1	0	-100
SIA	0	0	0
Leste	8	5	-38
Itapoã	1	2	100
Jardim Botânico	0	0	0
Paranoá	2	1	-50
São Sebastião	5	2	-60
Norte	7	4	-43
Fercal	0	0	0
Planaltina	2	2	0
Sobradinho	3	2	-33
Sobradinho II	2	0	-100
Oeste	8	2	-75
Brazlândia	0	0	0
Ceilândia	8	2	-75

Sudoeste	19	11	-42
Águas Claras	4	1	-75
Recanto das Emas	0	3	+/-
Samambaia	5	1	-80
Taguatinga	7	6	-14
Vicente Pires	3	0	-100
Sul	6	0	-100
Gama	3	0	-100
Santa Maria	3	0	-100
Em Branco	0	0	0
Total	61	25	-59

Fonte: SINAN Online

No Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) registrou 58 casos suspeitos da doença aguda pelo vírus Zika, até a SE 18 de 2018, dos quais 46 (79%) são residentes do Distrito Federal (DF) e 12 (21%), sendo a maioria do Estado de Goiás e 2 da Bahia. Dentre os 17 casos prováveis, 14 residem no DF, 2 na Bahia e 1 no Goiás.

Os casos prováveis residentes no DF até a SE 18 de 2018 são das Regiões de Saúde: Sudoeste (7), Centro-Norte (2), Sul (2), Sul (2), Centro-Sul (1), Oeste (1) e Norte (1). No mesmo período em 2017, foram notificados 25 casos prováveis residentes nas Regiões de Saúde: Sudoeste (8), Centro-Sul (7), Norte (5), Sul (2), Centro-Norte (1) e Leste (1).

	REGIÃO DE SAÚDE CASOS DE ZIKA		VARIÇÃO %
	2017	2018	
Centro-Norte	1	2	100
Asa Norte	1	2	100
Cruzeiro	0	0	0
Lago Norte	0	0	0
Sudoeste/Octogonal	0	0	0
Varjão	0	0	0
Centro-Sul	7	2	-71
Asa Sul	2	0	-100
Candangolândia	0	0	0
Guará	3	1	-67
Lago Sul	1	0	-100
N Bandeirante	0	0	0
Park Way	0	0	0
Riacho Fundo I	1	0	-100
Riacho Fundo II	0	1	+/-

SCIA (Estrutural)	0	0	0
SIA	0	0	0
Leste	1	0	-100
Itapoã	0	0	0
Jardim Botânico	0	0	0
Paranoá	0	0	0
São Sebastião	1	0	-100
Norte	5	1	-80
Fercal	0	0	0
Planaltina	3	1	-67
Sobradinho	2	0	-100
Sobradinho II	0	0	0
Oeste	0	1	+/-
Brazlândia	0	0	0
Ceilândia	0	1	+/-
Sudoeste	8	7	-13
Águas Claras	1	0	-100
Recanto das Emas	0	1	+/-
Samambaia	3	1	-67
Taguatinga	2	5	150
Vicente Pires	2	0	-100
Sul	2	1	-50
Gama	1	0	-100
Santa Maria	1	1	0
Em Branco	1	0	-100
Total	25	14	-44

Fonte: SINAN Online

No Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) registrou 68 casos suspeitos de Febre Amarela Silvestre, da SE 1 até a SE 18 de 2018. Destes, 57 casos são de residentes no Distrito Federal e 11 de residentes em outros estados, sendo 8 de Goiás, 1 do Mato Grosso, 1 de São Paulo e 1 da Bahia.

Dentre os 57 casos residentes no DF, 53 foram descartados, 4 estão em investigação e 1 foi confirmado. O caso confirmado evoluiu para cura e não se deslocou para fora do Distrito Federal nos 15 dias que antecederam o início dos sintomas. Os 11 casos suspeitos em residentes de outros estados foram descartados.

A oferta educacional da **Escola Superior do Ministério Público** surge a partir da análise dos dados socioeconômicos educacionais da região, suas demandas e potencialidades.

Assim, a **Escola Superior do Ministério Público** insere-se na realidade do Distrito Federal e Entorno, comprometendo-se a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região. Integrando aos seus currículos e práticas educacionais políticas e programas de inclusão social, respeito aos direitos humanos, igualdade étnico racial e preservação ambiental.

Considerando, portanto, as características socioeconômicas e o seu potencial de desenvolvimento na área jurídica e afins, a **Escola Superior do Ministério Público - ESCOLAMP**, tem como proposta institucional oferecer novas perspectivas de qualificação profissional para a população no âmbito local, regional, e mesmo nacional, promovendo a formação de pessoas altamente qualificadas para o mercado de trabalho. A Instituição, *locus* de referência na localidade, assume o compromisso institucional de promover o desenvolvimento educacional da região e do País.

1.5 Políticas Institucionais no âmbito do Curso de Gestão Pública

As ações institucionais em desenvolvimento na **Escola Superior do Ministério Público - ESCOLAMP**, visam o cumprimento dos objetivos e das metas da Instituição no que se refere ao ensino e também dizem respeito às demais ações de apoio relacionadas a essas atividades para atendimento da vocação global da Instituição.

Deste modo, a **ESCOLAMP** assume a necessidade de inserir no mercado profissionais habilitados e aptos a atuarem em um cenário de trabalho em constante mudança e com alto índice de competitividade.

As atividades educacionais no âmbito da **ESCOLAMP** serão desenvolvidas com o objetivo de promover a formação integral do aluno, como cidadão e profissional, afirmando o primado do homem sobre as coisas, da ética sobre a técnica, na crença que a ciência e a técnica devam estar a serviço do homem.

O Projeto Pedagógico do Curso de Gestão Pública possui sua concepção, objetivos e o perfil de egressos descritos de forma clara e concisa, pautados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), nas políticas institucionais, embasado no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do Ministério da Educação e demais legislações que regem o ensino superior. Além disso, leva em conta a contextualização e as características Regional e Nacional.

No que se refere às estratégias acadêmicas de extensão há uma busca pela elaboração de conhecimentos que envolvam a construção do saber ser e do saber fazer, com o intuito de colaborar com a resolução de problemas vivenciados pelas organizações e pela a sociedade, e contribuindo com esta proposta de desenvolvimento estão às ações de ensino e pesquisa que estão correlacionadas com a realidade em que a Instituição está inserida.

Evidencia-se uma articulação entre o PPC e o PDI, porque se busca uma organização didático-pedagógica que contribua para a formação integral de qualidade. O PPC caracteriza como a base de gestão acadêmico-administrativa, com especial destaque para assumir a função de instrumento operacional, a partir do qual, as políticas e ações programadas são processadas, acompanhadas e avaliadas.

O PPC inclui também diferentes programas de atenção ao discente, tais como: apoio e participação discente em eventos, programa de bolsas, nivelamento, meios de divulgação de trabalhos, assistência financeira, enfim um núcleo facilitador do processo de formação profissional.

De acordo com o PDI, buscam-se, nas políticas institucionais, as possibilidades de trabalho acadêmico interdisciplinar que se caracteriza como meio e suporte para o conjunto das competências e habilidades profissionais necessárias, além de sistematizar a relação teoria/prática com vistas a atividades inerentes a profissão. O Curso foi idealizado para a constante formação teórico-prática que permite aos egressos atuarem profissionalmente de modo a exercer sua capacidade crítica e agir com espírito empreendedor.

A formação do profissional de Gestão Pública, é concebida em um contexto no qual a educação passa a ocupar cada vez mais espaço na vida das pessoas, à medida que aumenta o papel que desempenha na dinâmica da sociedade contemporânea. Neste sentido, o processo educacional toma um caráter de construção contínua da pessoa humana, de suas competências e habilidades, da construção do espírito crítico e de sua capacidade de agir, elementos que o tornam aptos a representar melhor o seu papel de cidadão e profissional.

A estrutura curricular procura integrar diferentes áreas de conhecimento e de saberes e oferece disciplinas que fundamentam a base teórica e prática para o tecnólogo em Gestão Pública

egressos da Faculdade, baseando-se na transmissão ao aluno do senso ético de responsabilidade social e espírito criativo, norteador do exercício futuro de sua profissão. O currículo está adequado à vivência e operação da gestão pública do país, dinamizando o curso por meio da proposição de disciplinas sintonizadas com a realidade do Estado e do País.

A **ESCOLAMP** desenvolverá atividades de extensão visando promover a sua articulação com a sociedade, transferindo para esta os conhecimentos desenvolvidos com as atividades de ensino e captando as demandas sociais para orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos.

A extensão será entendida como um princípio educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a investigação científica de forma indissociável e viabiliza uma relação transformadora entre a instituição de ensino e a sociedade.

1.6 Concepção do Curso de Gestão Pública

A concepção do Curso de Gestão Pública contempla o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além de uma formação generalista, permitindo definir um perfil de gestor moderno, apto a atuar de forma eficiente e eficaz na execução e no planejamento da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos e desenvolvimento na implementação de programas de Responsabilidade Social, bem como Gestão de Organizações Sociais e Concepção de Programas Governamentais.

1.7 Objetivos do Curso

1.7.1 Objetivo Geral

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da ESCOLAMP tem por princípio a formação integral de profissionais na área da Gestão, dotados valores éticos, críticos e reflexivos, com competências e habilidades na execução e planejamento da gestão de políticas públicas, na implementação de programas de Responsabilidade Social, bem como Gestão de Organizações Sociais e Concepção de Programas Governamentais.

1.7.2 Objetivos Específicos

A fim de reunir competências determinadas, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública tem como Objetivos Específicos formar o Tecnólogo em Gestão Pública, mediante o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes para alcançar as seguintes competências:

- Desenvolver o espírito crítico e o potencial empreendedor, integrando o processo formativo com a realidade local, regional e nacional;
- Desenvolver nos discentes o espírito de liderança e a consciência de que devem agir eticamente, com responsabilidade e cidadania;
- Promover a elaboração, a construção e a divulgação de conhecimentos culturais, científicos, acadêmicos e técnicos, através do ensino, da pesquisa, da extensão nas diferentes áreas do conhecimento, incentivando o trabalho da pesquisa e da investigação científica;
- Diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública;
- Desenvolver e aplicar **inovações científico-tecnológicas** nos processos de gestão pública;
- Planejar, implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas de políticas públicas voltados para o **desenvolvimento local e regional**;
- Aplicar **metodologias inovadoras de gestão**, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional;
- Planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão;
- Avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação;
- Atuar com ações para o desenvolvimento tecnológico nos estabelecimentos públicos;
- Atuar nos diversos cenários do Campo da Gestão Pública contemplando inovações tecnológicas com vistas a melhoria dos Serviços Prestados;
- Desenvolver a reflexão científica na produção de novos conhecimentos a partir de práticas inovadoras e emergentes na área da Gestão Pública;
- Elaborar, coordenar e avaliar políticas públicas no que se refere a sistemas de saúde, de educação e segurança;
- Elaborar programas de metas, gerenciar orçamento, planejar e implementar programas sociais e ações institucionais;
- Propor ações, programas e projetos que possam reduzir custos administrativos e

potencializar os benefícios das políticas públicas;

- Atuar em conformidade com os princípios constitucionais da administração pública estabelecida na Constituição Federal de 1988.

Os objetivos do curso são coerentes com o perfil do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, as características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso e, ainda, com as políticas constantes no PPI e PDI da Instituição, que expressam uma diretriz acessível ao conhecimento do aluno, buscando o atendimento às exigências de formação de competência intelectuais e comportamentais previstas no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1.8 Perfil do Egresso

O eixo tecnológico de “GESTÃO E NEGÓCIOS” compreende tecnologias associadas a instrumentos, técnicas, estratégias e mecanismos de gestão. Abrange planejamento, avaliação e gestão de pessoas e de processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações e instituições públicas ou privadas, de todos os portes e ramos de atuação; busca da qualidade, produtividade e competitividade; utilização de tecnologias organizacionais; comercialização de produtos; e estratégias de marketing, logística e finanças.

O perfil profissional do egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Escola Superior do Ministério Público está configurado por competências e habilidades que possibilitam atuar no planejamento, organização, elaboração, direção, controle e avaliação dos processos de Gestão em Organizações Públicas. A formação do Profissional em Gestão Pública está direcionada para gestão de custos, finanças, patrimônio, orçamento, auditoria e pessoas.

Com o objetivo de promover a formação do perfil profissional pretendido, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o curso possibilita o desenvolvimento das seguintes competências, habilidades e atitudes, no desempenho como Tecnólogo em Gestão Pública:

- Compreender as Políticas Públicas estabelecida na Constituição Federal de 1988;
- Identificar os princípios que regulamentam a gestão pública;
- Conhecer os fundamentos das práticas de gestão que podem ser difundidos nas organizações públicas;

- Atuar com liderança para conduzir a equipe no alcance dos resultados esperados pela sociedade;
- Conhecer os principais modelos de gestão públicas difundidos no Brasil e no mundo;
- Planejar e implementar processos de mudança na gestão pública;
- Compreender os cenários econômicos e suas implicações na Gestão Pública;
- Atuar na produção e a inovação científico-tecnológica e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- Avaliar os impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias na Gestão Pública;
- Desempenhar suas atividades com atitudes e valores éticos que se espera dos profissionais que atuam na área da Gestão Pública;
- Agir segundo os princípios da ética e da responsabilidade social e ambiental, defendendo valores que garantam qualidade nos serviços públicos prestados;
- Atuar na gestão de processos e na produção de serviços públicos de qualidade;
- Planejar e executar projetos de gerenciamento no setor público;
- Conhecer os princípios e processos da contabilidade e das finanças no planejamento, gestão e controle de recursos públicos;
- Administrar órgãos públicos;
- Aplicar recursos e ferramentas da qualidade na gestão pública
- Assumir cargos de supervisão, gerência, assessoria e consultoria;
- Atuar nas esferas de governos (federal estadual e municipal);
- Atuar em entidades parceiras do setor público, bem como em estatais e empresas públicas;
- Conhecer as etapas e os processos de licitação e gestão de contratos no setor público;
- Reconhecer as características e potencialidades do empreendedorismo na gestão pública;
- Conhecer, identificar e caracterizar sistemas de controles sobre registros contábeis e gerenciais, de publicações contábeis ou gerenciais, de métodos de estornos, ajustes ou reclassificações, de acordo com as normas e princípios de contabilidade a serem aplicados;
- Conhecer a Lei de Responsabilidade Fiscal e sua aplicabilidade nas várias esferas da gestão pública.

O profissional egresso do **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública** da **Escola Superior do Ministério Público** deverá ser capaz de constituir-se em agente transformador dos processos desenvolvidos e dos serviços oferecidos pelos órgãos públicos de forma otimizada, por meio da

seleção das informações, do gerenciamento das atividades, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento com eficiência, eficácia e efetividade, utilização do senso crítico, criatividade, atitude ética, polivalente e com capacidade de adaptação às novas situações, capaz de voltar suas práticas ao estímulo da Cidadania.

Assim, ao final do curso, este profissional terá condições de propor e desenvolver planos, projetos e atividades específicas da área, necessárias para planejar, organizar, dirigir, e controlar e avaliar serviços e processos de gestão pública.

1.9 Competências Profissionais

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública tem como foco o desenvolvimento de competências relacionadas à gestão, por meio de ferramentas e técnicas direcionadas ao processo de gestão de políticas, programas e projetos públicos, de modo a estabelecer novas práticas de coordenação e assessoramento na administração pública, assim como em empresas concessionárias de serviços públicos e organizações do terceiro setor.

Os diplomados no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública têm direito a registro no Conselho Regional de Administração, CRA, de acordo com a Resolução Normativa CFA nº 374, de 2009.

1.10 Campo de Atuação do Egresso

O gestor público é responsável pelo gerenciamento de instituições públicas, assegurando os resultados desejados e necessários ao seu desenvolvimento, atuando principalmente em organizações públicas municipais, estaduais ou federais, sendo responsável pela “profissionalização” do trabalho e suas principais atividades são:

- ✓ Gerenciar Recursos Humanos;
- ✓ Conservar bens, patrimônios e recursos públicos;
- ✓ Planejar, gerenciar e otimizar processos e projetos;
- ✓ Analisar contratos;
- ✓ Controlar as finanças e orçamentos;
- ✓ Gerir licitações; e
- ✓ Avaliar e Acompanhar a performance de instituições públicas.

Os principais campos de atuação são:

- ✓ Esferas Federal, Estadual e Municipal;
- ✓ Poder Público não estatal e empresas privadas; e
- ✓ Setor Acadêmico.

1.11 Estrutura Curricular

A **Escola Superior do Ministério Público** propõe uma estrutura curricular que promova uma formação diferenciada de profissionais do Eixo Tecnológico Gestão e Negócio com competências, habilidades e valores que lhes possibilitem a inserção no mercado de trabalho, a capacidade de produção científica e a participação responsável na vida social para a execução consciente de suas atividades, seguindo os preceitos da ética no ambiente de trabalho.

A concepção de currículo, conforme demonstrado se traduz em políticas norteadas pelas Novas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação que possibilitam a formação do profissional competente e do cidadão para atuar em sua área e nos processos de transformação social e criar alternativas com potencial para enfrentar as problemáticas que emergem no mundo contemporâneo. A oferta de disciplinas ocorre em blocos semestrais, considerando conteúdos afins, pormenorizando o intercâmbio, a cooperação e a competência, e ainda, projetos integradores, elaborados pelos professores de forma a atender aos objetivos e a concepção interdisciplinar.

Para isso constituiu um currículo flexível, dinâmico e interdisciplinar, com base fixa em saberes disciplinares voltados para o exercício da profissão, que oportuniza em curto prazo o usufruto do aprendizado para potencializar e inserção, progressão e permanência no mercado de trabalho, assim, esse modelo de currículo permite aos alunos uma sólida formação geral, além de estimular práticas de estudos independentes com vistas à progressiva autonomia intelectual e profissional, a partir das atividades e experiências planejadas e orientadas.

O currículo do curso está organizado em 4 (quatro) semestres com formato semestral. Apresenta 30 componentes curriculares e um total de 1.880 horas. A integralização curricular, seguindo a organização proposta, ocorrerá em 4 (quatro) períodos letivos, ou seja, 2 (dois) anos.

1.12 Matriz Curricular

MATRIZ CURRICULAR	
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA EAD	
1º MÓDULO	
COMPONENTES	CARGA HORÁRIA (H/R)
Ferramentas de Tecnologia da Informação	40
Filosofia e Pensamento Crítico	40
Economia de Mercado	80
Fundamentos da Administração	80
Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão Social	80
Metodologia da Pesquisa Científica	80
Trabalho Interdisciplinar Integrado I (TII I)	50
TOTAL	450
2º MÓDULO	
COMPONENTES	CARGA HORÁRIA (H/R)
Ética Geral e Profissional	40
Liderança e Comportamento Organizacional	40
Introdução a Administração Pública	80
Direito Administrativo	80
Políticas Públicas	80
Contabilidade Pública	80
Trabalho Interdisciplinar Integrado II (TII II)	50
TOTAL	450
3º MÓDULO	
COMPONENTES	CARGA HORÁRIA (H/R)
Raciocínio Lógico	80
Finanças Públicas	80
Direito Tributário	80
Gestão da Qualidade, Competências e Desempenho no Setor Público	80
Planejamento e Avaliação das Políticas Públicas	40
Licitações e Contratos	40
Empreendedorismo	40
Trabalho Interdisciplinar Integrado III (TII III)	50
TOTAL	490
4º MÓDULO	
COMPONENTES	CARGA HORÁRIA (H/R)
Matemática Financeira	40
Auditoria e Controladoria Pública	80
Contabilidade Tributária	80
Gestão Orçamentária Pública	80
Elaboração e Análise de Projetos	80
Disciplina Eletiva	40
Métodos e Técnicas Inovadoras em Gestão Pública	40
Trabalho Interdisciplinar Integrado IV (TII IV)	50
TOTAL	490

QUADRO RESUMO DE COMPONENTES CURRICULARES / CARGA HORÁRIA	
COMPONENTES	CARGA HORÁRIA (H/R)
Conteúdos Formativos (disciplinas obrigatórias)	1.600
Conteúdos Formativos (disciplinas eletivas)	80
Trabalho Interdisciplinar Integrado	200
TOTAL DE CARGA HORÁRIA NO CURSO	1.880
DISCIPLINAS ELETIVAS	
COMPONENTES	CARGA HORÁRIA (H/R)
Desenvolvimento de Habilidades Gerenciais	40
Direito Administrativo: Relações de Trabalho e Ocupação no Setor Público Brasileiro	40
Direito Constitucional: Organização da Administração Pública	40
Introdução à Gestão de Competências	40
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	40
Tecnologias Aplicadas a Comunicação Organizacional	40

1.12.1 Conteúdos Curriculares

O currículo é o elemento da organização acadêmica, fundamentado nos referenciais sócio antropológicos, psicológicos, epistemológicos e pedagógicos em consonância com o perfil do egresso.

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Escola Superior do Ministério Público garante conteúdos curriculares relevantes, atualizados e coerentes com os objetivos do curso e com o perfil do egresso, com dimensionamento da carga horária para o seu desenvolvimento, bem como complementados por atividades extraclasse, definidas e articuladas com o processo global de formação. Assim, o currículo do Curso de Tecnologia em Gestão Pública respeita a obrigatoriedade de disciplinas teóricas e práticas fixadas pela legislação específica.

Os conteúdos curriculares são desenvolvidos em sintonia com o perfil dos egressos, suas competências e habilidades, de forma a privilegiar a integração das disciplinas em seus diversos níveis e períodos para o desenvolvimento do perfil do egresso. Os conteúdos curriculares estão de acordo com as Diretrizes Curriculares para os Cursos Superiores de Tecnologia e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST).

O currículo do **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública** é composto por conteúdos de **formação básica, profissional, estudo quantitativo tecnológicos e disciplina eletiva**, além da formação suplementar que compreende o **trabalho interdisciplinar integrado**. Perfazendo um total de **1.880 horas**, divididos em 4 (quatro) períodos a serem cumpridos no prazo de mínimo de 4 (quatro) semestres e máximo de 06 (seis) semestres. O currículo contempla 1.680 horas de disciplinas obrigatórias constantes da matriz curricular e 200 horas de Trabalho Interdisciplinar Integrado (TII).

O Projeto Pedagógico do **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública** da **Escola Superior do Ministério Público**, atende ao disposto no Decreto nº 5.626/2005 e na Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o **Ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**, oferecida como **disciplina eletiva** na estrutura curricular do curso; à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, o Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, e a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 que estabelecem as **políticas de Educação Ambiental e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**, respectivamente, tratadas de forma transversal e conjuntamente às **Políticas de Desenvolvimento Nacional Sustentável**, com destaque em várias disciplinas do curso, como Filosofia e Pensamento Crítico, Políticas Públicas, Ética Geral e Profissional, Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão Social, entre outras; às Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 e a Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, que estabelecem as **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena**, contempladas e tratadas de forma transversal no curso, com formação de conteúdos destacada nas disciplinas de Filosofia e Pensamento Crítico, Políticas Públicas, Ética Geral e Profissional, Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão Social, entre outras; à Resolução CNE/CP nº 01/2012 que trata de **Educação em Direitos Humanos**, bem como a legislação que trata da **inclusão do espectro autista**, e à Resolução CNE/CES nº 05/2018, que estabeleceu a previsão de atendimento à temáticas da **educação para a terceira idade e da educação em políticas de gênero**, contempladas de forma transversal no curso, e com formação dada nas disciplinas Filosofia e Pensamento Crítico, Políticas Públicas, Ética Geral e Profissional, Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão Social.

Os conteúdos curriculares previstos no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Escola Superior do Ministério Público, possibilitam o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas

horárias, a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de Inclusão do Espectro Autista e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciam o curso dentro da área profissional e induzem o contato com conhecimento recente e inovador.

1.13 Metodologia do Processo Ensino Aprendizagem

A educação a distância é uma modalidade que possibilita a flexibilização dos currículos bem como inovação no processo de ensino-aprendizagem.

A adoção de EaD pelas IES mostra-se pertinente a contemporaneidade, dado que seu enfoque pedagógico prioriza o processo de aprendizagem, ao invés da instrução, e a adoção de formas de relacionamento e interação entre os participantes que enfatizem a aprendizagem contextualizada e o domínio do próprio estudante sobre o processo de aprendizado. (STRUCHINER ET ALI, 1998).

Todas as disciplinas trabalhadas nesta modalidade partirão de um planejamento, com cronograma detalhado permitindo ao acadêmico uma melhor condução no desenvolvimento das atividades propostas e na autonomia dos seus estudos.

Ainda considerando o planejamento, o aluno receberá previamente orientações, manual, para que adquira conhecimento sobre o ambiente virtual de aprendizagem – AVA, assim como a estrutura de funcionamento da secretária, do seu curso e das disciplinas, estabelecendo uma sequência ou rotas de aprendizagem, sempre que possível, para cada conteúdo abordado, além de procurar, ainda, estabelecer a interdisciplinaridade com as demais disciplinas do semestre do curso de Graduação.

No ambiente virtual de aprendizagem o aluno terá a sua disposição vários recursos que comporão a carga horária da disciplina e atenderão as necessidades para uma formação de qualidade, como: material didático da disciplina; fórum de revisão conceitual, de dúvidas e discussão; reuniões online; materiais complementares.

O material didático é considerado elemento muito importante na EaD, porque se configura como um mediador que traz em seu núcleo a concepção pedagógica que guiará a aprendizagem. Para isso os textos são estruturados não apenas através dos conteúdos temáticos, mas também mediante um conjunto de atividades para que o aluno coloque em ação seus recursos, estratégias e habilidades, e participe ativamente do processo de construção do seu próprio saber. No ambiente virtual de aprendizagem, o aluno terá acesso ao material na versão PDF com possibilidades de interatividade através de links que facilitarão a aprendizagem e deixarão a leitura mais dinâmica e ampla. A versão PDF possibilita o acesso *off-line*.

Para completar a formação do aluno no ambiente virtual de aprendizagem o aluno também terá a sua disposição, como citado anteriormente os fóruns, reuniões online, além de materiais complementares.

▪ **Fóruns:**

- **Fórum de Apresentação:** é um espaço reservado para que os professores orientem os alunos sobre a melhor maneira de estudar, percorrer todas as atividades propostas e participar das avaliações, e com isso obter maior proveito nas disciplinas. Neste Fórum são realizados os Encontros *On line* com os alunos.
- **Fórum de Revisão Conceitual:** este é o espaço reservado para que o seu professor disponibilize resumos, questões referentes as disciplinas e outras atividades que ele julgue pertinente e que lhe ajudarão nos estudos.
- **Fórum de Dúvidas:** é destinado para que os alunos relatem suas dúvidas referentes à disciplina e o professor possa respondê-las de maneira pontual.
- **Fórum de Discussão:** é reservado para o aprendizado colaborativo, onde o aluno poderá através de temas e atividades propostas pelo professor, debater e trocar informações com os colegas, sempre com o auxílio do professor.

Em todos os fóruns os alunos acompanham a troca de mensagens entre eles assim como as respostas dos professores e com isso é possível deixar registrado o que foi discutido além de os alunos receberem uma cópia das mensagens por e-mail.

- **Chat Debate:** O aluno entra no Ambiente Virtual de Aprendizagem, nos dias e horário marcado e participa online das aulas, com a possibilidade de enviar suas perguntas para serem respondidas em tempo real pelo professor. É uma ferramenta utilizada para realizar o

fechamento sobre os assuntos tratados no conteúdo, onde o professor tira as possíveis dúvidas que possam ter ficado sobre o conteúdo, em tempo real, com dia e horário marcados.

A ferramenta conta com o recurso chat.

- **Vídeos:** Todo professor grava vídeos para que os alunos possam ter acesso e assistir quantas vezes julgarem necessário referente aos pontos mais importantes e dúvidas dos alunos sobre o assunto.

Todo o planejamento das atividades disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, inclusive desde a elaboração, produção do material didático e das atividades teóricas e práticas que compõe a disciplina, se relacionam, para que o conteúdo seja apresentado ao aluno de forma que o mesmo consiga atingir os seus objetivos.

A avaliação do desempenho acadêmico do aluno será realizada em vários momentos, tanto no ambiente virtual de aprendizagem – AVA quanto nos momentos presenciais (prova), pois essa avaliação incorporará novos procedimentos, que valorizem as competências dos acadêmicos, uma vez que o uso de Tecnologias da Informação pelos discentes possibilita o desenvolvimento de outras habilidades, além das já previstas pelas matrizes curriculares nos cursos de origem.

O sistema de avaliação será composto por atividades *on-line* e avaliação presencial, onde para aprovação no componente curricular será preciso obter média final (MF) $\geq 7,0$.

$$MF = AP \times 0,6 + MO \times 0,4$$

Legenda:

MF = Média Final

AP = Avaliação Presencial

MO = Média *On-Line*

O aluno com média *on-line* inferior a 5,0 estará reprovado no componente curricular do curso.

Para Cálculo da média *on-line* considera-se a participação individual do aluno no ambiente virtual de aprendizagem (PI) e a (AI) realizada ao fim da disciplina. A MO é calculada da seguinte forma:

$MO = (PI \times 50 + AI \times 50)/100$, onde são atribuídas a AI e PI, notas de 0 a 10 pontos. São desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem e consistem em:

- Avaliação Eletrônica.
- Fórum de Discussão.
- Sala de Aula Virtual.
- Acesso aos conteúdos.

A Participação Individual (PI) do aluno é realizada de acordo com os critérios abaixo relacionado:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Pontualidade	0 - 1 = 02 pontos
Contribuições na Sala de Aula e Fóruns de Discussão	0 - 2,5 = 05 pontos
Linguagem	0 - 1 = 02 pontos
Frequência nos Encontros <i>On-Line</i>	0 - 0,5 = 01 pontos

A avaliação presencial pode ser mista, objetiva ou discursiva e será agendada e divulgada no ambiente virtual de aprendizagem. A avaliação presencial será realizada no polo de Educação a Distância da **Escola Superior do Ministério Público**.

1.14 Estratégias de Flexibilização Curricular

- Gestão colegiada do PPC – NDE.
- Planejamento acadêmico didático integrado, global e com o envolvimento de todos os responsáveis pelas atividades referentes a cada semestre.
- Avaliações mensais, para identificar potencialidades e fragilidades na operacionalização da matriz curricular, com a participação do coordenador, dos docentes, discentes e técnicos administrativos do curso de Gestão Pública.
- Matriz Curricular busca integrar os conteúdos essenciais, tendo como eixos articuladores os módulos temáticos e as competências gerais e específicas definidas para cada semestre do curso. Para uma efetivação no planejamento, acompanhamento e avaliação da execução dessa matriz, o Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública desempenhará um papel integrador e organizador dos trabalhos desenvolvidos

pelos professores e alunos.

- Seminários Temáticos de Integração, focando a realidade do município, da região, do estado e do País, com abordagens de temas interdisciplinares. Por exemplo: fome, violência, gênero e sexualidade, AIDS, políticas públicas, meio ambiente etc.
- Articulação dos conteúdos essenciais e das atividades acadêmicas, de cada semestre e da totalidade do curso, a partir das temáticas que identificam os módulos, tendo como eixos de integração o perfil do egresso, os objetivos do curso e as competências e habilidades.
- Os conteúdos essenciais, correspondentes aos módulos temáticos serão desenvolvidos de forma integrada, contextualizada e problematizada.
- Desenvolvimento dos Projetos Integradores em cada módulo procuram estabelecer a ambientação da aprendizagem, estimulando a resolução de problemas organizacionais, capacitando e ampliando as alternativas para gestão e melhoria das práticas organizacionais, possibilitando uma visão crítica e integrada dos conhecimentos.

1.15 Ementas e Bibliografias

MÓDULO I

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	I
Disciplina:	Ferramentas de Tecnologia da Informação
Carga Horária:	40

Ementário:

Conceitos básicos de sistemas de computação. Algoritmo. Sistemas analógicos e sistemas digitais. Hardware e Software. Editores de textos. Planilhas eletrônicas. Software de apresentação, Computação gráfica/Multimídia, Internet. Aplicações gerais da informática. Rede de computadores. Banco de dados. O impacto da informática na área da Administração. Planejamento de Informática na empresa. Desenvolvimento de Sistemas. Avaliação e implantação de sistemas de segurança. Auditoria em Processamento de Dados. Prática em laboratório.

Bibliografia Básica:

1. OLIVEIRA, Fátima Bayama (Org.). **Tecnologia da informação e da comunicação: a busca de uma visão ampla e estruturada**. São Paulo: Pearson Prentice Hall: Fundação Getulio Vargas, 2007. (e-book Pearson)
2. MUNHOZ, Antonio Siemsen. **Fundamentos de tecnologia da informação e análise de sistemas para não analistas**. Curitiba: InterSaberes, 2017. (e-book Pearson)
3. CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução a informática**. 8. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2006. 350p. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informações gerenciais: administrando a empresa digital**. 5. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2006. 562p. (e-book Pearson)
2. HALL, R. H. **Organizações: estruturas, processos e resultados**. 8. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008. 322p. (e-book Pearson)
3. KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. **Redes de computadores e a internet: uma abordagem top-down**. 5. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010. 614p. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	I
Disciplina:	Filosofia e Pensamento Crítico
Carga Horária:	40

Ementário:

Analisar e compreender as concepções filosóficas do Ocidente; Abordar as temáticas estudadas tendo como fio condutor a História da Filosofia; Problematizar a relação entre Filosofia e contexto atual; Discutir a importância da reflexão filosófica na pós-modernidade em todos os âmbitos. Filosofia e administração. Cenários Novos. As correntes filosóficas contemporâneas.

Bibliografia Básica:

1. MATTAR, João. **Filosofia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. (e-book Pearson)
2. MATTAR, João; ANTUNES, Maria Thereza Pompa. **Filosofia e ética**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. (e-book Pearson)
3. PONDÉ, Luiz Felipe. **Filosofia do cotidiano: um pequeno tratado sobre questões menores**. São Paulo: Contexto, 2019. 128 p. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. SOUZA, Draiton Gonzaga de Souza (Org.). **Filosofia e Direito**. Caxias do Sul, RS : EducS, 2018. (e-book Pearson)
2. ALMEIDA, Antonio Charles Santiago. **Filosofia política**. Curitiba: InterSaberes, 2015. (Série Estudos de Filosofia). (e-book Pearson)
3. VIANA LEITE, Rafael de Araújo e. **Filosofia e literatura: diálogos, relações e fronteiras**. Curitiba: InterSaberes, 2015. (Série Estudos de Filosofia). (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	I
Disciplina:	Economia de Mercado
Carga Horária:	80

Ementário:

Microeconomia versus Macroeconomia. Fundamentos de Microeconomia. Mercados e Preços. Demanda. Oferta. Teoria da Firma. Mercados Competitivos. Estrutura de Mercado. Produção. Custos de Produção. Economia e contabilidade nacional. Determinantes da demanda agregada. Determinantes da oferta agregada. Moeda. Juros e renda. Relações com o exterior. Equilíbrio geral. Política econômica. Evolução da economia local e brasileira. Ciclos econômicos. Ocupação econômica. Políticas e estratégias de desenvolvimento estrutura do PIB - Produto interno bruto. Distribuição espacial do PIB.

Bibliografia Básica:

1. BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013. 600p. (e-book Pearson)
2. PARKIN, Michael. **Economia**; tradução Cristina Yamagami; revisão técnica Nelson Carneiro. 8. ed. - São Paulo: Addison Wesley, 2009. (e-book Pearson)
3. WEFORT, Francisco C. **Formação do Pensamento Político Brasileiro: ideias e personagens**. São Paulo: Editora Ática, 2011. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. O'SULLIVAN, Arthur; SHEFFRIN, Steven M.; NISHIJIMA, Marislei. **Introdução à Economia: princípios e ferramentas**. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson).
2. MONTEIRO, Erika Roberta; SILVA, Pedro Augusto Godeguez da. **Introdução ao estudo da economia**. Curitiba. Intersaberes, 2016. (e-book Pearson).
3. IZIDORO, Cleyton (Organizador). **Economia e Mercado**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. (e-book Pearson).

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	I
Disciplina:	Fundamentos da Administração
Carga Horária:	80

Ementário:

O campo da Administração. Evolução do pensamento administrativo nas teorias. Escolas Clássicas da Administração: científica e clássica. Funções da Administração. Abordagem Humanística da Administração: Teoria das Relações Humanas. Abordagem Neoclássica da Administração: Teoria Neoclássica da Administração, Tipos de Organização, Departamentalização, Administração por Objetivo – APO.

Bibliografia Básica:

1. CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a teoria geral da administração: abordagens prescritiva e normativa**, volume 1. 7 ed. Barueri/SP. Manole, 2014. (e-book Pearson).
2. CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Ed. Manole, 2014. (e-book Pearson).
3. COLTRO, Alex. **Teoria geral da administração**. Curitiba. Editora Intersaberes, 2015. (e-book Pearson).

Bibliografia Complementar:

1. SOBRAL, Filipe; PECCI, Alketa. **Fundamentos da Administração**. São Paulo. Editora Pearson, 2012. (e-book Pearson).
2. CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a teoria geral da administração: abordagens descritiva e explicativa**, volume 2. 7 ed. Barueri/SP. Manole, 2014. (e-book Pearson).
3. MOSSO, Mario Manhães. **Teoria geral da administração: processo da administração, cenário, TGE – Teoria geral empresarial, administração factual**. 2 ed. Rio de Janeiro. Interciência, 2013. (e-book Pearson).

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	I
Disciplina:	Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão Social
Carga Horária:	80

Ementário:

Direitos fundamentais e direitos humanos. História dos direitos humanos. Desafios dos direitos humanos no mundo contemporâneo. Relação dos direitos humanos com questões políticas, econômicas, ambientais e sociais. Direito à moradia, à educação, ao trabalho, à alimentação e à saúde. Multiculturalismo e universalismo. Cidadania. Responsabilidade Social e ambiental. Políticas de Direitos Humanos e Inclusão Social. Inclusão do espectro autista. Direitos e Estatuto da Criança e do Adolescente. Direitos e Estatuto do Idoso. Questões Sociais, Cidadania e Diversidade. Eliminação de todas as formas de discriminação racial, contra as mulheres e contra os LGBTQIA+. Educação das Relações Étnico-raciais e História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena. Direitos Humanos e Políticas Ambientais. O Direito ao Meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Bibliografia Básica:

1. MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009. (e-book Pearson).
2. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. (e-book Pearson).
3. MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010. (e-book Pearson).

Bibliografia Complementar:

1. MATTAR, João; ANTUNES, Maria Thereza Pompa (org.). **Filosofia e ética**. São Paulo: Ed. Pearson, 2014. (e-book Pearson).
2. DIAS, Reinaldo. **Sociologia e ética profissional**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Livro eletrônico Pearson. (e-book Pearson)
3. GALLO, Sílvio (coord.). **Ética e cidadania: Caminhos da filosofia**. Campinas: Ed. Papyrus, 2015. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	I
Disciplina:	Metodologia da Pesquisa Científica
Carga Horária:	80

Ementário:

Senso comum e pensamento científico. Paradigmas da investigação social. Abordagens positivista e interpretativa. A relevância do método científico e as técnicas de pesquisa, abordagem atual na resolução e problemas sociais. A importância da investigação científica. Investigação acerca do conhecimento, em particular da ciência. Análise dos procedimentos técnicos e metodológicos de preparação, execução e apresentação da pesquisa científica. Estudos das formas de elaboração dos trabalhos acadêmicos, especialmente das formas técnicas neles utilizadas.

Bibliografia Básica:

1. CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica** - 6ª edição. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson).
2. BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson, 2007. (e-book Pearson).
3. AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia Científica: ao alcance de todos** - 2ª edição. Barueri, São Paulo: Ed. Manole, 2009. (e-book Pearson).

Bibliografia Complementar:

1. KOCHÉ, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica - Teoria da ciência e prática da pesquisa**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2015. (e-book Pearson).
2. DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Editora Pearson, 2004. (e-book Pearson).
3. SIDNEI, A. Mascarenhas (organizador). **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. (e-book Pearson).

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	I
Disciplina:	Trabalho Interdisciplinar Integrado
Carga Horária:	50

Ementário:

Trabalho Interdisciplinar, desenvolvido como elemento de síntese e integração das disciplinas e atividades do período, em temática afeta à **Gestão Pública**, como forma de promover a integração e a interdisciplinaridade por meio do desenvolvimento da pesquisa estruturada, com ênfase na prática de investigação científica e, de atividades extensionistas, de forma planejada, relacionando a temática de aplicação e o desenvolvimento dos projetos com o contexto social, econômico e cultural da região de abrangência, com efetivo protagonismo do estudante e de forma a promover uma relação de proximidade com a comunidade externa, por meio da efetiva prestação de serviços à sociedade local.

Bibliografia Básica:

1. CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica** - 6ª edição. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson).
2. BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson, 2007. (e-book Pearson).
3. AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia Científica: ao alcance de todos** - 2ª edição. Barueri, São Paulo: Ed. Manole, 2009. (e-book Pearson).

Bibliografia Complementar:

1. KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica - Teoria da ciência e prática da pesquisa**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2015. (e-book Pearson).
2. DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Editora Pearson, 2004. (e-book Pearson).
3. SIDNEI, A. Mascarenhas (organizador). **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. (e-book Pearson).

MÓDULO II

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	II
Disciplina:	Ética Geral e Profissional
Carga Horária:	40

Ementário:

Compreender e analisar as noções éticas nas suas origens e sua existência nos diversos sistemas; Problematizar a relação entre o profissional na realidade brasileira com o poder, a ética e a moral; Analisar e refletir sobre o código de ética profissional do administrador.

Bibliografia Básica:

1. DIAS, Reinaldo. **Sociologia e ética profissional**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Livro eletrônico Pearson. (e-book Pearson).
2. GALLO, Sílvio (coord.). **Ética e cidadania: Caminhos da filosofia**. Campinas: Ed. Papyrus, 2015. (e-book Pearson).
3. WEBWE, Otávio José. **Ética, educação e trabalho**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2013. (e-book Pearson).

Bibliografia Complementar:

1. MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010. (e-book Pearson).
2. MATTAR, João; ANTUNES, Maria Thereza Pompa (org.). **Filosofia e ética**. São Paulo: Ed. Pearson, 2014. (e-book Pearson)
3. RODRIGUES, Zita Ana Lago. **Ética na gestão pública**. Curitiba: InterSaberes, 2016. (Série Gestão Pública). (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	II
Disciplina:	Liderança e Comportamento Organizacional
Carga Horária:	40

Ementário:

O comportamento humano no trabalho como acontecimento simbólico. O grupo. A liderança. Liderança e gerenciamento. Comunicação. Liderança. Poder e Política. Conflito, Negociação e Comportamento entre Grupos. Comportamento Decisório Individual e Grupal. Comportamento Grupal e Intergrupar. Poder e Política. Dimensionamento do Trabalho. Políticas e Práticas de Recursos Humanos. Cultura e mudança organizacional e administração do estresse.

Bibliografia Básica:

1. ANDRADE, Suely Gregori. **Teoria e Prática de Dinâmica de Grupo: jogos e exercícios** - 5ª edição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. (e-book Pearson).
2. GPOLART, Iris Barbosa (org.). **Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos**. 3ª edição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. (e-book Pearson).
3. ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal; TOLFO, Suzana da Rosa (orgs.). **Processos Psicossociais nas Organizações e no Trabalho**. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson).

Bibliografia Complementar:

1. ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal. **Interação Humana e Gestão: a construção psicossocial das organizações de trabalho**. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson)
2. ROBBIN, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. 9ª edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002. (e-book Pearson)
3. PASETTO, Neusa Vítola e MESADRI, Fernando Eduardo. **Comportamento Organizacional: integrando conceitos da administração e da psicologia**. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2012. (e-book Pearson).

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	II
Disciplina:	Introdução a Administração Pública
Carga Horária:	80

Ementário:

Evolução do Estado Moderno. Principais formas de Administração Pública. Governança e Governabilidade. Os desafios da função gerencial nas organizações contemporâneas. Variáveis da nova Gestão Pública. Formas de Flexibilização. Contratos de Gestão. Agências Executivas e Agências Reguladoras. Instrumentos Gerenciais Contemporâneos. Indicadores de Desempenho. Crise do Estado. Reforma do Estado e da Administração Pública. Organização e Controle da Administração Pública.

Bibliografia Básica:

1. CASTRO, Ana Cristina de. **Gestão pública contemporânea**. Curitiba: InterSaberes, 2014. (Série Gestão Pública). (e-book Pearson)
2. RODRIGUES, Janine Andreiv. **Gestão pública e cidadania**. Curitiba: Contentus, 2020. 94 p. (e-book Pearson)
3. RODRIGUES, Zita Ana Lago. **Ética na gestão pública**. Curitiba: InterSaberes, 2016. (Série Gestão Pública). (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. SILVA, Roberto Baptista Dias da. **Manual de Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Perarson, 2016. (e-book Pearson)
2. GLASENAPP, Ricardo. **Introdução ao direito**. São Paulo: Pearson, 2014. (e-book Pearson)
3. LOURENÇO, Nivaldo Vieira. **Administração pública: modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão**. Curitiba: InterSaberes, 2016. (Série Gestão Pública)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	II
Disciplina:	Direito Administrativo
Carga Horária:	80

Ementário:

Fundamentos e objeto do Direito Administrativo. Órgãos e Agentes Públicos. Deveres e Poderes Administrativos. Servidores Públicos. Atos e Contratos Administrativos. Licitações Públicas Serviços Públicos. Responsabilidade Civil da Administração. Bens Públicos. Processo Administrativo. Intervenção do Estado na esfera Econômica.

Bibliografia Básica:

1. HACK, Érico. **Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário**. 2ª Edição. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2017. (e-book Pearson)
2. HIGA, Alberto Shinji. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Rideel, 2018. 568 p. (e-book Pearson)
3. ALVES, Felipe Dalenogare. **Direito administrativo**. 1. ed. São Paulo: Rideel. 2021. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. QUENEHEN, Rômulo. **Direito administrativo no setor**. Curitiba: Contentus, 2020. (e-book Pearson)
2. JUNGSTEDT, Luiz Oliveira Castro. **Legislação de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016. (e-book Pearson)
3. CYRINO, Andre. **Direito administrativo de carne e osso: estudos e ensaios**. Rio de Janeiro: Processo, 2020. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	II
Disciplina:	Políticas Públicas
Carga Horária:	80

Ementário:

A política social no contexto da sociedade de classe. As políticas sociais distributivas, redistributivas e regulatórias. Análise do processo de institucionalização da política social no Brasil. As diretrizes das políticas sociais dos governos. Os planos de desenvolvimento em todos os níveis. As atribuições do Gestor Público na produção e redimensionamento da política social. Políticas Públicas para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Políticas Públicas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Bibliografia Básica:

1. OLIVEIRA, Mara de (Org.). **Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012. (e-book Pearson)
2. QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: InterSaberes, 2012 (Série Gestão Pública). (e-book Pearson)
3. CARVALHO, Márcio Bernardes de. **Gestão de políticas públicas**. Curitiba: Contentus, 2020. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. OLIVEIRA, Dennison de. **História do Brasil: política e economia**. Curitiba, Editora Intersaberes, 2012. (e-book Pearson)
2. WEFFORT, Francisco C. **Formação do Pensamento Político Brasileiro: ideias e personagens**. São Paulo: Editora Ática, 2011. (e-book Pearson)
3. NASCIMENTO NETO, Paulo. **Gestão de políticas públicas: conceitos, aportes teóricos e modelos analíticos**. Curitiba: InterSaberes, 2021 (Série Gestão Pública).

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	II
Disciplina:	Contabilidade Pública
Carga Horária:	80

Ementário:

Visão geral da contabilidade pública. Conceitos de direito financeiro público que balizam os sistemas contábeis da área pública: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação. Informações a respeito da utilização da ciência contábil no âmbito do setor público: usuário e finalidades. Procedimentos contábeis na área pública. Visão geral dos sistemas financeiro e patrimonial da contabilidade pública. Procedimentos contábeis na área pública.

Bibliografia Básica:

1. PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Geral**. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2016. (e-book Pearson)
2. GUEDES, Alvaro Martim. **Contabilidade pública: inovações, aplicações e reflexos**. Curitiba: InterSaberes, 2016. (Série Gestão Pública). (e-book Pearson)
3. COELHO, Gabriel N. **Contabilidade pública e gerencial**. Curitiba: Contentus, 2020. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. ATHAR, Raimundo Aben. **Introdução à Contabilidade**. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson)
2. MÜLLER, Aderbal Nicolas. **Contabilidade Introdutória**. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson)
3. LUZ, Érico Eleutério da; OLIVEIRA, Antonio Carlos Leite de. **Contabilidade geral das sociedades**. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2017. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	II
Disciplina:	Trabalho Interdisciplinar Integrado (TII II)
Carga Horária:	50

Ementário:

Trabalho Interdisciplinar, desenvolvido como elemento de síntese e integração das disciplinas e atividades do período, em temática afeta à **Gestão Pública**, como forma de promover a integração e a interdisciplinaridade por meio do desenvolvimento da pesquisa estruturada, com ênfase na prática de investigação científica e, de atividades extensionistas, de forma planejada, relacionando a temática de aplicação e o desenvolvimento dos projetos com o contexto social, econômico e cultural da região de abrangência, com efetivo protagonismo do estudante e de forma a promover uma relação de proximidade com a comunidade externa, por meio da efetiva prestação de serviços à sociedade local.

Bibliografia Básica:

1. CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica** - 6ª edição. São Paulo: Editora Perarson, 2016. (e-book Pearson).
2. BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson, 2007. (e-book Pearson).
3. AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia Científica: ao alcance de todos** - 2ª edição. Barueri, São Paulo: Ed. Manole, 2009. (e-book Pearson).

Bibliografia Complementar:

1. KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica - Teoria da ciência e prática da pesquisa**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2015. (e-book Pearson).
2. DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Editora Pearson, 2004. (e-book Pearson).
3. SIDNEI, A. Mascarenhas (organizador). **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. (e-book Pearson).

MÓDULO III

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	III
Disciplina:	Raciocínio Lógico
Carga Horária:	80

Ementário:

Teorias e questões e os Fundamentos de Lógica. A Equivalência Lógica e a Negação de Proposições. Os Diagramas Lógicos. A Lógica de Argumentação, a Implicação Lógica, as Verdades e Mentiras, a Associação Lógica e, por fim, os Conjuntos. Questões resolvidas e exercícios propostos com gabarito, para fixação da matéria.

Bibliografia Básica:

1. BARROS, Dimas Monteiro de. **Raciocínio lógico e matemática descomplicados**. 5. ed. São Paulo: Rideel, 2018. (Concurso descomplicado). (e-book Pearson)
2. LEITE, Alvaro Emlio. **Raciocínio lógico e lógica quantitativa**. Curitiba: InterSaberes, 2017. (Coleção Desmistificando a Matemática; v. 6). (e-book Pearson)
3. MACHADO, Nilson José. **Lógica e linguagem cotidiana: verdade, coerência, comunicação, argumentação**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Coleção Tendências em Educação Matemática; 12). (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. SOUZA, Jetfferson Afonso Lopes de. **Lógica matemática**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. (e-book Pearson)
2. CARNIELLI, Walter Alexandre. **Pensamento crítico: o poder da lógica e da argumentação**. 4. ed. São Paulo: Rideel, 2019. (e-book Pearson)
3. COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. **Lógica, comunicação e argumentação jurídica**. Curitiba: InterSaberes, 2021. (Série Estudos Jurídicos: Teoria do Direito e Formação Profissional). (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	III
Disciplina:	Finanças Públicas
Carga Horária:	80

Ementário:

Objetivos e funções da administração financeira. Decisões financeiras de investimento e financiamento em longo prazo: avaliação de alternativas de investimento, estrutura financeira e de capital e alavancagem financeira. Políticas de utilização de lucro líquido. Orçamento empresarial e demonstrações financeiras projetadas: elaboração e execução.

Bibliografia Básica:

1. GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo. Pearson, 2010. (e-book Pearson)
2. LUZ, Érico Eleuterio da (org). **Gestão financeira e orçamentária**. São Paulo: Editora Pearson, 2015. (e-book Pearson)
3. PERIS, Renata Wandroski. **Finanças públicas**. Curitiba: Contentus, 2020. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. MEGLIORINI, Evandir; VALLIM, Marco Aurélio. **Administração Financeira: uma abordagem brasileira**. São Paulo. Pearson, 2009. (e-book Pearson)
2. IZIDORO, Cleyton. **Gestão de Tesouraria**. São Paulo. Pearson, 2015. (e-book Pearson)
3. LUZ, Érico Eleuterio da. **Introdução à administração financeira e orçamentária**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2015. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	III
Disciplina:	Direito Tributário
Carga Horária:	80

Ementário:

Sistema Tributário Nacional. Conceito de tributo e suas espécies. Obrigação Tributária. Crédito Tributário. Legislação Tributária. Regime especial de tributação das Micro e Pequenas e Empresas. Planejamento Tributário. Crimes contra ordem tributária.

Bibliografia Básica:

1. CAROTA, José Carlos. **Manual de Direito Tributário Aplicado**. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Barros, 2016. (e-book Pearson)
2. GLASENAPP, Ricardo Bernd (Org). **Direito tributário**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. (e-book Pearson)
3. PINTO, Fabiana Lopes. **Direito Tributário**. Barueri, São Paulo: Ed. Manole, 2012. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. HACK, Érico. **Direito tributário brasileiro**. 1º Edição. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2013. (e-book Pearson)
2. MESSA, Ana Flávia. **Direito Tributário e Financeiro**. 7ª edição. São Paulo: Ed. Rideel, 2016. (e-book Pearson)
3. NIARADI, George. **Direito Empresarial para Administradores**. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	III
Disciplina:	Gestão da Qualidade, Competências e Desempenho no Setor Público
Carga Horária:	80

Ementário:

Gestão de competências: Construindo o conceito de competência; Principais características e aplicações; Competências permanentes versus competências contextuais; Gestão de Desempenho: Processo de planejamento, acompanhamento e avaliação de desempenho; Conceituando avaliação de desempenho; Objetivos da avaliação de desempenho; Princípios da avaliação eficaz; Razões para falhas nos programas; Principais estratégias para superação dos problemas; Métodos de avaliação de desempenho: Métodos de características de personalidade; Métodos comportamentais; Métodos de avaliação de resultados; Desenvolvimento de um programa de avaliação de desempenho; Diversificação de Fontes de avaliação de desempenho; Entrevista de avaliação. Conceitos e fundamentos da Gestão da Qualidade como orientação para a análise crítica acerca da Gestão Estratégica de Recursos Humanos.

Bibliografia Básica:

1. ANDREOLI, Taís Pasquotto. **Gestão de qualidade: melhoria contínua em busca pela excelência**. Curitiba: Intersaberes, 2017. (e-book Pearson)
2. TEIXEIRA, Juliane Marise Barbosa. **Gestão de pessoas na administração pública: teorias e conceitos**. Curitiba: InterSaber, 2017. (Série Gestão Pública). (e-book Pearson)
3. LOURENÇO, Nivaldo Vieira. **Inovação e boas práticas na gestão pública**. Curitiba: Contentus, 2020. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. LLATAS, Maria Virginia. **Organização, Sistemas e Métodos**. São Paulo: Editora Pearson, 2012. (e-book Pearson)
2. ANDREOLI, Taís Pasquotto; ROSSINI, Fernando. **Organização, Sistemas e Métodos**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2015. (e-book Pearson)
3. MELLO, Carlos H. Pereira. **Gestão da qualidade**. São Paulo. Pearson, 2011. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	III
Disciplina:	Planejamento e Avaliação das Políticas Públicas
Carga Horária:	40

Ementário:

Apresentar as teorias e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nos serviços sociais. As características e a organização da esfera pública. As políticas sociais como espaço de atuação do Estado moderno. Planejamento, execução e avaliação de programas e projetos sociais. Quadro de referência conceitual do estudo e da execução das políticas públicas. Análise de seus processos fundamentais: os diversos aspectos constitutivos da formação da agenda das políticas públicas; sua formulação (condicionantes, instituições e atores); o processo de implementação (de ordem técnica e política, o que envolve estrangimentos e potencialidades); avaliação de seus resultados e processos; mecanismos de mensuração, acompanhamento e controle, tanto por parte do Estado como da sociedade. A complexa relação do Estado (via gestores públicos) e dos setores públicos não-estatais com o cidadão.

Bibliografia Básica:

1. DE TONI, Jackson. **O planejamento estratégico governamental: reflexões metodológicas e implicações na gestão pública**. Curitiba: InterSaberes, 2016. (Série Gestão Pública). (e-book Pearson)
2. HACK, Neiva Sivana. **Política pública e gestão governamental**. Curitiba: Contentus, 2020. (e-book Pearson)
3. TEIXEIRA, Hello Janny (Org.). **Remodelando a gestão pública**. São Paulo: Bhcher, 1994. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. CASTRO, Ana Cristina de. **Gestão pública contemporânea**. Curitiba: InterSaberes, 2014. (Série Gestão Pública). (e-book Pearson)
2. ALVES, Elizeu Barroso. **Accountability e transparência pública: uma proposta para a gestão pública de excelência**. Curitiba: InterSaberes, 2021. (Série Gestão Pública). (e-book Pearson)
3. BARBOSA, Miton de Almeida. **Planejamento estratégico para gestão pública**. Curitiba: Contantus, 2020. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	III
Disciplina:	Licitações e Contratos
Carga Horária:	40

Ementário:

Princípios da licitação. Modalidades e tipos de licitação. Processo licitatório na área pública. Aspectos legais e procedimentos (obrigatoriedade, inexigibilidade e dispensa, fases do processo, invalidação e revogação, formas de controle da licitação). Contratos administrativos (princípios aplicáveis, aspectos gerais, formalização, execução e fiscalização interna e externa, extinção) e convênios (princípios aplicáveis, aspectos gerais, formalização, execução e fiscalização interna e externa, extinção).

Bibliografia Básica:

1. BITTENCOURT, Sidney. **Contratos da Administração** Leme (SP): JH Mizuno, 2016. (e-book Pearson)
2. HACK, Erico. **Licitações e contratos administrativos**. Curitiba: InterSaberes, 2019. (e-book Pearson)
3. QUENEHEN, Rômulo. **Direito administrativo no setor**. Curitiba: Contentus, 2020. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. HACK, Érico. **Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário**. 2ª Edição. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2017. (e-book Pearson)
2. HIGA, Alberto Shinji. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Rideel, 2018. 568 p. (e-book Pearson)
3. ALVES, Felipe Dalenogare. **Direito administrativo**. 1. ed. São Paulo: Rideel. 2021. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	II
Disciplina:	Empreendedorismo
Carga Horária:	40

Ementário:

Empreender; Espírito Empreendedor: É Possível Desenvolver? Validação de Uma Ideia; O Plano de Negócios – Objetivos; Plano de Marketing; Plano Financeiro; Busca de Recursos.

Bibliografia Básica:

1. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Empreendedorismo**. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson)
2. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração para Empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios**. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson)
3. SERTEK, Paulo. **Empreendedorismo**. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2012. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. RAZZOLINI FILHO, Edelvino. **Empreendedorismo: dicas e planos de negócios para o século XXI**. Curitiba: InterSaber, 2012. (e-book Pearson)
2. STADLER, Adriano (Org.). **Empreendedorismo e Responsabilidade Social**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2014. (e-book Pearson)
3. DEGEN, Ronald Jean. **O Empreendedor: empreender como opção de carreira**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	III
Disciplina:	Trabalho Interdisciplinar Integrado
Carga Horária:	50

Ementário:

Trabalho Interdisciplinar, desenvolvido como elemento de síntese e integração das disciplinas e atividades do período, em temática afeta à **Gestão Pública**, como forma de promover a integração e a interdisciplinaridade por meio do desenvolvimento da pesquisa estruturada, com ênfase na prática de investigação científica e, de atividades extensionistas, de forma planejada, relacionando a temática de aplicação e o desenvolvimento dos projetos com o contexto social, econômico e cultural da região de abrangência, com efetivo protagonismo do estudante e de forma a promover uma relação de proximidade com a comunidade externa, por meio da efetiva prestação de serviços à sociedade local.

Bibliografia Básica:

1. CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica** - 6ª edição. São Paulo: Editora Perarson, 2016. (e-book Pearson).
2. BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson, 2007. (e-book Pearson).
3. AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia Científica: ao alcance de todos** - 2ª edição. Barueri, São Paulo: Ed. Manole, 2009. (e-book Pearson).

Bibliografia Complementar:

1. KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica - Teoria da ciência e prática da pesquisa**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2015. (e-book Pearson).
2. DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Editora Pearson, 2004. (e-book Pearson).
3. SIDNEI, A. Mascarenhas (organizador). **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. (e-book Pearson).

MÓDULO IV

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	IV
Disciplina:	Auditoria e Controladoria Pública
Carga Horária:	80

Ementário:

Noções gerais sobre Auditoria. Normas relativas à Pessoa do Auditor. Normas de Execução do Trabalho. Planejamento e Supervisão. Programas de Auditoria. Avaliação dos Controles Internos. Papéis de Trabalho. Identificação das demonstrações Contábeis e Responsabilidade do Auditor. Adequação aos Princípios Contábeis. Tipos de Parecer de Auditoria: Limpo ou sem Ressalvas, Com Ressalva, Abstenção de Opinião e Adverso. O papel do controller, a estrutura da controladoria, responsabilidades do Controller. Auditoria e organização dos processos Administrativos.

Bibliografia Básica:

1. ALVES, Elizeu Barroso. **Accountability e transparência pública: uma proposta para a gestão pública de excelência**. Curitiba: InterSaberes, 2021. (Série Gestão Pública). (e-book Pearson)
2. HUNGARO, Luis Alberto. **Instrumentos de transparência pública**. Curitiba: Contentus, 2020. (e-book Pearson)
3. ANJOS, Edenise Aparecida dos. **Controladoria**. Curitiba: Contentus, 2020. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. BLOK, Marcella. **Compliance e Governança Corporativa**. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2017. (e-book Pearson)
2. ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha; ALVES, Osnei Francisco. **Governança, gestão responsável e ética nos negócios**. Curitiba: Intersaberes, 2017. (e-book Pearson)
3. BLATT, Adriano. **Análise de Balanços: estruturação e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis**. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	IV
Disciplina:	Contabilidade Tributária
Carga Horária:	80

Ementário:

Apuração e Escrituração Contábil; Elisão (Planejamento Tributário); Apuração, Registro e Controle de Diferenças Temporárias; Contabilização dos Efeitos dos Ajustes da Demonstração do Lucro Real; Adições permanentes e temporárias; Apuração e escrituração de Lucro Presumido e Simples.

Bibliografia Básica:

1. LUZ, Erico Eleuterio da Contabilidade tributária. 2. ed. Curitiba: InterSaberes, 2014. (Série Gestão financeira). (e-book Pearson)
2. HAUSER, Paolla. Contabilidade tributária: dos conceitos à aplicação [livro eletrônico]/Paolla Hauser. Curitiba: InterSaberes, 2017. (Série Gestão Financeira). (e-book Pearson)
3. MEURER, Alison Martins. Contabilidade tributária. Curitiba: Contentus, 2020. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. HACK, Érico. Direito tributário brasileiro. 1º Edição. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2013. (e-book Pearson)
2. MESSA, Ana Flávia. Direito Tributário e Financeiro. 7ª edição. São Paulo: Ed. Rideel, 2016. (e-book Pearson)
3. PINTO, Fabiana Lopes. Direito Tributário. Barueri, São Paulo: Ed. Manole, 2012. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	IV
Disciplina:	Gestão Orçamentária Pública
Carga Horária:	80

Ementário:

Os diferentes modelos teóricos de orçamento. Classificações orçamentárias. Visão global de elaboração, execução, controle e avaliação de um orçamento. O processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). A execução orçamentária e financeira e o cumprimento das metas: Fases da execução do orçamento – empenho, liquidação e pagamento. Metas bimestrais de receita. Audiência pública sobre as metas fiscais. Renúncia de receita.

Bibliografia Básica:

1. LOCHAGIN, Gabriel Loretto. **A execução do orçamento público: flexibilidade e orçamento impositivo**. São Paulo : Blucher, 2016. (e-book Pearson)
2. CATAPAN, Anderson. **Planejamento e orçamento na administração pública**. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013. (Série Gestão Pública). (e-book Pearson)
3. VALADARES, Eduardo Bernardo Monteiro. **Contabilidade e orçamento governamental**. Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2021. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. MEURER, Alison Martins. **Contabilidade tributária**. Curitiba: Contentus, 2020. (e-book Pearson)
2. MACEDO, Joel de Jesus. **Análise de projeto e orçamento empresarial**. Curitiba, Intersaberes, 2014. (e-book Pearson)
3. PADOVEZE, Clóvis. **Orçamento empresarial**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	IV
Disciplina:	Elaboração e Análise de Projetos
Carga Horária:	80

Ementário:

Planejamento e projetos: conceitos; o projeto como instrumento do planejamento; projetos empresariais e projetos públicos. Estudo administrativo: formas básicas de organizações. Estudo de mercado: tipos de bens e serviços; ciclo de vida; técnicas de análise e previsão de mercado; estrutura do mercado, métodos de projeção da demanda e oferta. Sazonalidade. Estudo Técnico: Programa de produção e tamanho do projeto, análise de localização do projeto. Estudo Econômico-Financeiro: análise econômico-financeira de projetos; viabilidade econômica; fontes de financiamento; aspectos tributários.

Bibliografia Básica:

1. GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo. Pearson, 2010. (e-book Pearson)
2. REBELATTO, Daisy Aparecida do Nascimento. **Projeto de Investimento com estudo de caso completo na área de serviços**. São Paulo: Manole, 2004. (e-book Pearson)
3. MACEDO, Joel de Jesus. **Análise de projeto e orçamento empresarial**. Curitiba, Intersaberes, 2014. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. CONSALTER, Maria Alice Soares. **Elaboração de projetos: da introdução a conclusão**. Curitiba: Intersaberes, 2012. (e-book Pearson)
2. SAMANEZ, Carlos Patrício. **Matemática Financeira: aplicações à análise de investimentos** - 4ª edição. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson)
3. CASTANHEIRA, Nelson Pereira; MACEDO, Luiz Roberto Dias. **Matemática financeira aplicada**. Curitiba. Intersaberes, 2012. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	IV
Disciplina:	Matemática Financeira
Carga Horária:	40

Ementário:

Processos e regimes de capitalização de valores monetários: capitalização simples e composta. Amortização de empréstimos. Métodos de análise de alternativas econômicas e investimentos. Métodos de depreciação.

Bibliografia Básica:

1. GIMENES, Cristiano Marchi. **Matemática financeira**. 2 ed. São Paulo. Pearson, 2009. (e-book Pearson)
2. SAMANEZ, Carlos Patrício. **Matemática Financeira** - 5ª edição. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson)
3. SAMANEZ, Carlos Patrício. **Matemática Financeira: aplicações à análise de investimentos** - 4ª edição. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. WAKAMATSU, André. **Matemática financeira**. São Paulo. Pearson, 2012. (e-book Pearson)
2. CASTANHEIRA, Nelson Pereira; MACEDO, Luiz Roberto Dias. **Matemática financeira aplicada**. Curitiba. Intersaberes, 2012. (e-book Pearson)
3. ROCHA, Alex; MACEDO, Luiz Roberto Dias; CASTANHEIRA, Nelson Pereira. **Tópicos de matemática aplicada**. Curitiba. Intersaberes, 2013. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	IV
Disciplina:	Métodos e Técnicas Inovadoras em Gestão Pública
Carga Horária:	40

Ementário:

Conceitos sobre Qualidade Aplicados à Gestão de Negócios. Excelência em Gestão Prêmio Nacional da Qualidade, Deming Prize, Malcolm. Ferramentas para a Excelência de Gestão. Gestão de Processo. Metodologia de Análise e Solução de Problemas. Sistemas de Gestão de Qualidade ISO 9000 e Sistema de Gestão Ambiental ISO 14000. Planejamento Estratégico usando o Balanced Scorecard. Benchmarking como Ferramenta de Melhoria de Desempenho. Relacionamento com Clientes, Processo de OVC e TTA (Times de Trabalho Auto Dirigidos). Seis Sigmas. Gestão da Qualidade em Desenvolvimento de Produtos. Gestão da Qualidade em Serviços.

Bibliografia Básica:

1. ANDREOLI, Taís Pasquotto. **Gestão de qualidade: melhoria contínua em busca pela excelência.** Curitiba: Intersaberes, 2017. (e-book Pearson)
2. MELLO, Carlos H. Pereira. **Gestão da qualidade.** São Paulo. Pearson, 2011. (e-book Pearson)
3. ALBERTIN, Marcos Ronaldo. **Gestão de processos e técnicas de produção enxuta.** Curitiba: Intersaberes, 2016. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. BOND, Maria Thereza; BUSSE, Angela; PUSTILNICK, Renato. **Qualidade total: o que é e como alcançar.** Curitiba: Intersaberes, 2017. (e-book Pearson)
2. CHIROLI, Adriana M. de Genaro. **Avaliação de sistema de qualidade.** Curitiba: Intersaberes, 2017. (e-book Pearson)
3. ACADEMIA, Pearson. **OSM: uma visão contemporânea.** São Paulo. Pearson, 2011. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	IV
Disciplina:	Trabalho Interdisciplinar Integrado
Carga Horária:	50

Ementário:

Trabalho Interdisciplinar, desenvolvido como elemento de síntese e integração das disciplinas e atividades do período, em temática afeta à **Gestão Pública**, como forma de promover a integração e a interdisciplinaridade por meio do desenvolvimento da pesquisa estruturada, com ênfase na prática de investigação científica e, de atividades extensionistas, de forma planejada, relacionando a temática de aplicação e o desenvolvimento dos projetos com o contexto social, econômico e cultural da região de abrangência, com efetivo protagonismo do estudante e de forma a promover uma relação de proximidade com a comunidade externa, por meio da efetiva prestação de serviços à sociedade local.

Bibliografia Básica:

1. CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica** - 6ª edição. São Paulo: Editora Perarson, 2016. (e-book Pearson).
2. BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson, 2007. (e-book Pearson).
3. AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia Científica: ao alcance de todos** - 2ª edição. Barueri, São Paulo: Ed. Manole, 2009. (e-book Pearson).

Bibliografia Complementar:

1. KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica - Teoria da ciência e prática da pesquisa**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2015. (e-book Pearson).
2. DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Editora Pearson, 2004. (e-book Pearson).
3. SIDNEI, A. Mascarenhas (organizador). **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. (e-book Pearson).

ELETIVAS

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	IV
Disciplina:	Desenvolvimento de Habilidades Gerenciais
Carga Horária:	40

Ementário:

Favorecer a geração de condições indispensáveis para o estudo das mais recentes teorias e práticas na gestão empresarial, permitindo o confronto com a realidade dos participantes para identificar alternativas à implantação de diferentes estilos gerenciais. Destacar o comprometimento dos participantes em busca de um processo autossustentável de desenvolvimento gerencial que assegure a melhoria contínua do desempenho individual e coletivo. Destacar o comprometimento dos participantes em busca de um processo autossustentável de desenvolvimento gerencial que assegure a melhoria contínua do desempenho individual e coletivo. Esclarecer o desenvolvimento da Teoria da Decisão e da Teoria do Processo Decisório, com a finalidade de contribuir para o sucesso gerencial. Discutir os fatores da competitividade que determinam a sobrevivência das organizações num ambiente cada vez mais turbulento.

Bibliografia Básica:

1. ANDRADE, Suely Gregori. **Teoria e Prática de Dinâmica de Grupo: jogos e exercícios** - 5ª edição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. (e-book Pearson)
2. GPOLART, Iris Barbosa (org.). **Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos**. 3ª edição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. (e-book Pearson)
3. ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal; TOLFO, Suzana da Rosa (orgs.). **Processos Psicossociais nas Organizações e no Trabalho**. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. SOARES, Leandro Queiroz. **Interações Socioprofissionais e Assédio Moral no Trabalho: "ou você interage do jeito deles ou vai ser humilhado até não aguentar mais"**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. (e-book Pearson)
2. ROBBIN, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. 9ª edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002. (e-book Pearson)
3. PASETTO, Neusa Vítola e MESADRI, Fernando Eduardo. **Comportamento Organizacional: integrando conceitos da administração e da psicologia**. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2012. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	IV
Disciplina:	Direito Administrativo: Relações de Trabalho e Ocupação no Setor Público Brasileiro
Carga Horária:	40

Ementário:

Direito Administrativo: Relações de Trabalho e Ocupação no Setor Público Brasileiro Ementa Esta disciplina tem como propósito proceder ao mapeamento das relações de trabalho e, bem assim, da força de trabalho no Setor Público Brasileiro. Inicialmente serão aprofundados os conceitos fundamentais: as espécies de empregados no Brasil e, entre eles, os trabalhadores públicos e suas categorias. Destes últimos, serão apreciados os conceitos básicos concernentes aos seus regimes jurídicos, tipos de cargos, empregos e funções, formas de ingresso e contratação, sistemas e mecanismos de remuneração, de carreira, avaliação, qualificação, desligamento e previdência. Em seguida proceder-se-á a uma radiografia da força de trabalho no Brasil, por meio de censos e relatórios produzidos pelos diversos níveis de governo: serão verificados e debatidos os números e indicadores relativos às suas quantidades, distribuição (por nível de governo, regimes jurídicos, categorias funcionais, áreas de trabalho, etc.), a evolução e tendências das despesas com pessoal – ativo e inativo, os níveis de remuneração, grau de escolaridade, tempo de trabalho etc.

Bibliografia Básica:

1. HACK, Érico. **Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário**. 2ª Edição. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2017. (e-book Pearson)
2. HIGA, Alberto Shinji. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Rideel, 2018. 568 p. (e-book Pearson)
3. ALVES, Felipe Dalenogare. **Direito administrativo**. 1. ed. São Paulo: Rideel. 2021. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. QUENEHEN, Rômulo. **Direito administrativo no setor**. Curitiba: Contentus, 2020. (e-book Pearson)
2. JUNGSTEDT, Luiz Oliveira Castro. **Legislação de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016. (e-book Pearson)
3. CYRINO, Andre. **Direito administrativo de carne e osso: estudos e ensaios**. Rio de Janeiro: Processo, 2020. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	IV
Disciplina:	Direito Constitucional: Organização da Administração Pública
Carga Horária:	40

Ementário:

Direito Constitucional: Organização da Administração Pública Ementa O objetivo da disciplina é analisar os conceitos, as formas e as regras de organização do Estado constitucional brasileiro, utilizando como referência principal a Constituição Federal de 1988. Serão estudados os principais pontos da Constituição que tenham impacto na organização da administração pública brasileira, tanto no eixo dos Poderes – organização do Executivo, Legislativo e Judiciário e relação entre eles – como no eixo federativo. A última parte do Curso é dedicada aos mecanismos de controle de constitucionalidade de leis e outros atos normativos, refletindo sobre as formas de controle judicial de constitucionalidade e os problemas de legitimidade da justiça constitucional.

Bibliografia Básica:

1. SILVA, Roberto Baptista Dias da. **Manual de Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson)
2. LOURENÇO, Nivaldo Vieira. **Administração pública: modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão**. Curitiba: InterSaberes, 2016. (Série Gestão Pública). (e-book Pearson)
3. MESSA, Ana Flávia. **Direito constitucional**. 5. ed. São Paulo. Rideel, 2018. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. SENA, Daniel **Direito constitucional**. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2021. (e-book Pearson)
2. DRAGO, Guilherme Dertmer, 1977. **Manual de direito constitucional**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2019. (e-book Pearson)
3. FUTTERLEIB, Ligia Leindecker. **Fundamentos do direito constitucional**. Curitiba InterSaberes, 2012. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	IV
Disciplina:	Introdução à Gestão de Competências
Carga Horária:	40

Ementário:

Gestão de competências: Construindo o conceito de competência; Principais características e aplicações; Competências permanentes versus competências contextuais.

Bibliografia Básica:

1. CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Recursos Humanos: fundamentos básicos** - 7ª edição rev. e atual. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson)
2. DESSLER, Gary. **Administração de Recursos Humanos** - 2ª edição. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson)
3. FRAGA, Valdevez Ferreira. **Gestão pela Formação Humana: uma abordagem fenomenológica**. São Paulo: Ed. Manole, 2009. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. KNAPIK, Janete. **Gestão de pessoas e talentos**. Curitiba. Intersaberes, 2012. (e-book Pearson)
2. ROBBINS, Stephen P. **A Verdade sobre Gerenciar Pessoas: e nada mais que a verdade**. São Paulo. Pearson, 2003. (e-book Pearson)
3. KROEHNERT, Gary. **Jogos para Treinamento em Recursos Humanos**. Barueri/SP. Manole, 2010. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	IV
Disciplina:	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
Carga Horária:	40

Ementário:

Visão contemporânea sobre os fundamentos da Inclusão e a resignificação da Educação Especial na área da surdez. Histórias de surdos. Cultura e Identidade Surdas. Aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe. Classificadores de LIBRAS, com apoio de recursos audiovisuais. Noções de variação linguística. Praticar Libras para desenvolver a expressão visual-espacial.

Bibliografia Básica:

1. BAGGIO, Maria Auxiliadora; CASA NOVA, Maria da Graça. LIBRAS. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2017. (e-book Pearson)
2. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org.). LIBRAS: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Ed. Pearson, 2011. (e-book Pearson)
3. SILVA, Rafael Dias (org.). Língua brasileira de sinais - LIBRAS. São Paulo: Ed. Pearson, 2013. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. PIETROFORTE, Antonio Vicente. Semiótica Visual: os percursos do olhar. São Paulo: Ed. Contexto, 2004. (e-book Pearson)
2. FERNANDES, Sueli. Educação de surdos. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2012. (e-book Pearson)
3. LUCHESI, Maria Regina C. Educação de pessoas surdas: Experiências vividas, histórias narradas. Campinas: Ed. Papirus, 2012. (e-book Pearson)

Curso:	Gestão Pública
Módulo:	III e IV
Disciplina:	Tecnologias Aplicadas a Comunicação Organizacional
Carga Horária:	40

Ementário:

Introdução às novas tecnologias como efetiva ferramenta de comunicação no contexto da comunicação organizacional. Análise de ações comunicacionais para estabelecer uma conexão aberta e dialógica no contexto das assessorias de imprensa junto às empresas públicas e privadas e seus públicos de interesse. Cibercultura e alguns focos para compreender as novas relações sociais nas novas tecnologias.

Bibliografia Básica:

1. LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de Informação Gerenciais: administrando a empresa digital**. São Paulo. Pearson, 2004. (e-book Pearson)
2. OLIVEIRA, Fátima Bayma de (org.). **Tecnologia da Informação e da Comunicação: a busca de uma visão ampla e estruturada**. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson)
3. MUNHOZ, Antônio Siemsen. **Fundamentos da tecnologia da informação e análise de sistemas para não analistas**. Curitiba. Intersaberes, 2017. (e-book Pearson)

Bibliografia Complementar:

1. CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à Informática - 8ª edição**. São Paulo: Editora Pearson, 2016. (e-book Pearson)
2. JOÃO, Belmiro N. **Informática Aplicada**. São Paulo. Pearson, 2014. (e-book Pearson)
3. BENYON, David. **Interação humano-computador**. São Paulo. Pearson, 2011. (e-book Pearson)

1.16 Periódicos Especializados que complementam as Unidades Curriculares

A Escola Superior do Ministério Público apresenta abaixo a relação de alguns periódicos especializados que complementam as unidades curriculares:

- **Revista de Administração: Management Journal – RAUSP**
<http://rausp.usp.br/>
- **Revista Eletrônica de Administração: REAd – UFRGS**
<https://seer.ufrgs.br/read>
- **RAC – Revista de Administração Contemporânea – ANPAD**
<https://rac.anpad.org.br/index.php/rac>
- **ACRE – UNIPINHAL**
<http://ferramentas.unipinhal.edu.br/racre/>
- **RAE – FGV**
<https://rae.fgv.br/>
- **Conjuntura Econômica – FGV**
<http://www.docpro.com.br/BibliotecaVirtual/Conjuntura/Pesquisalivre.html>
- **RAP – Revista de Administração Pública – FGV/EBAPE**
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap>
- **Revista de Gestão Pública, Práticas e Desafios – UFPE**
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaopublica>
- **Revista de Gestão Políticas Públicas – USP**
<https://www.revistas.usp.br/rgpp>
- **Revista de Administração, Ensino e Pesquisa – RAEP**
<https://raep.emnuvens.com.br/raep>
- **Revista Contabilidade & Finanças – USP**
<https://www.revistas.usp.br/rcf>
- **Revista Terceiro Setor & Gestão – UNG**
<http://revistas.ung.br/index.php/3setor>
- **Revista Direito Público – IDP**
<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico>
- **Revista de Ciências da Administração – RCA**
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/index>
- **Revista Eletrônica de Estratégias e Negócios – UNISUL**
<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN/index>
- **Revista Contabilidade, Gestão e Governança – UNB**
<https://www.revistacgg.org/contabil>
- **Revista de Gestão, USP**
<http://regeusp.com.br/>
- **Análise – Revista de Administração da PUCRS**
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/teo/ojs/index.php/face/index>

- **Caderno de Administração**
<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/index>
- **Perspectivas em Políticas Públicas**
<http://revista.uemg.br/index.php/revistappp/index>
- **Revista de Administração Contemporânea**
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1415-6555&lng=pt&nrm=iso
- **Revista Planejamento e Políticas Públicas – PPP**
<http://www.mestradoprofissional.gov.br/ppp/index.php/PPP/index>

1.17 Trabalho Interdisciplinar Integrador (TII)

O **Trabalho Interdisciplinar Integrado** foi concebido como componente curricular obrigatório do curso de Gestão Pública EaD da **Escola Superior do Ministério Público**, a ser desenvolvido em todos os períodos letivos do curso, com objetivo de construção de trabalhos e projetos de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos no período, com ênfase no conjunto de disciplinas e componentes do período de matrícula do aluno, como construção interdisciplinar e transversal. O Trabalho será realizado sob a orientação de docente ou equipe de docentes e poderá ser realizado individualmente ou em grupo de alunos, com ênfase na realização de projetos que incluam investigação científica e extensão universitária

A implantação do Projeto Interdisciplinar Integrado como componente do curso de Gestão Pública, e sua forma de articulação com os demais componentes do Projeto do Curso, deverão ser amplamente discutidos no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e entendido em uma perspectiva de ação que se constitui em fortalecimento da estrutura curricular do curso, tornando-o mais dinâmico e potencializador das competências e habilidades profissionais necessárias aos graduandos do curso de Gestão Pública.

O Projeto Interdisciplinar Integrado se constitui, portanto, em uma estratégia pedagógica, de caráter interdisciplinar, constituída de etapas e fases e como um eixo articulador do currículo, no sentido da integração curricular e da mobilização, realização e aplicação de conhecimentos que contribuam com a formação de uma visão do todo, no decorrer do percurso formativo do estudante de Gestão Pública.

Por este enfoque, a utilização do Projeto Interdisciplinar Integrado é ferramenta para a construção de competências pelo aluno a partir da pesquisa sistematizada e da curricularização da extensão e, também, do envolvimento do corpo docente, da adoção de escrita normatizada e de estratégias de apresentação oral dos trabalhos interdisciplinares nos semestres letivos que compõem o curso.

O Trabalho Interdisciplinar Integrado é ainda elemento fundamental de aproximação da instituição de ensino, por meio do curso e da sua comunidade acadêmica, com a sociedade e a comunidade local, em função da construção de projetos extensionistas dirigidos a essa comunidade, e que trazem o estudante no papel de articulador, como ator central do processo. Na prática, espera-se que, além da interdisciplinaridade, o Trabalho Interdisciplinar Integrado induza à transversalidade entre os conteúdos de ensino por meio de um eixo integrador desse currículo, de forma a se estabelecer uma interface entre as disciplinas e promover a articulação de conhecimentos, e da teoria e prática, no semestre letivo trabalhado.

1.18 Procedimentos de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

A educação é concebida como um conjunto de experiências e vivências, as quais ocorrem de forma intencional para agregar conhecimento e formação ao educando. É necessário que se construa toda uma condição favorável para que o processo ensino-aprendizagem ocorra plenamente. A avaliação deve ser holística - analisando os diversos intervenientes no processo ensino-aprendizagem; deve levar em conta as diferentes perspectivas e interpretações dos diversos atores; devendo, também, contribuir para a análise da própria avaliação.

A avaliação tem função de acompanhamento e de mediação, que ocorre ao longo do processo de ensino-aprendizagem com o intuito de averiguar se os educandos estão atingindo os objetivos previstos. Portanto, a avaliação formativa consiste, em avaliar continuamente se o estudante supera gradativamente cada etapa da aprendizagem antes de prosseguir para uma etapa subsequente do processo, possibilitando fazer as devidas e necessárias intervenções na formação do educando.

Deve-se acompanhar o grau de evolução do aluno em termos das habilidades e competências desenvolvidas. As avaliações, em cada disciplina ou componente curricular, devem procurar

dar ênfase aos aspectos citados, variando de intensidade de acordo com as peculiaridades próprias de cada disciplina ou componente.

Os professores do Curso Superior de Tecnologia de Gestão Pública da **Escola Superior do Ministério Público** deverão utilizar na avaliação do desempenho acadêmico predominantemente os seguintes aspectos:

- Interesse, participação, envolvimento e presença;
- Organização dos trabalhos;
- Participação em trabalhos de grupo;
- Capacidade de comunicação escrita e oral/sustentação de ideias;
- Procedimentos práticos;
- Exposição de trabalhos;
- Desenvolvimento de pesquisas bibliográficas e de campo;
- Contribuição com experiências próprias vivenciadas;
- Interdisciplinaridade na assimilação dos conteúdos
- Utilização dos modernos meios tecnológicos de apoio ao trabalho;
- Avaliação da produção/trabalho desenvolvido; e
- Outras competências de acordo com especificidade de cada componente.

A coordenação de curso acompanhará esse processo e incentivará o professor para que utilize diversos instrumentos avaliadores, com o objetivo de diagnosticar se os alunos conseguiram construir e desenvolver as habilidades e competências pretendidas pela disciplina/componente, desejáveis para o exercício das atividades profissionais.

Os alunos estarão sujeitos às normas regimentais gerais da **Escola Superior do Ministério Público**. Entretanto, é facultativo ao professor de cada disciplina estabelecer seus próprios instrumentos, acordado com o Coordenador de Curso, pautando-se no critério da maior diversidade possível em conformidade com os aspectos peculiares, bem como em suas avaliações devem considerar aspectos qualitativos e quantitativos. Os critérios de avaliação a ser aplicada no curso de Gestão Pública EaD constam deste documento.

1.19 Articulação da Autoavaliação do Curso com a Autoavaliação Institucional

A **Escola Superior do Ministério Público** possui uma Comissão Própria de Avaliação - CPA que prevê princípios, procedimentos e critérios das dimensões relevantes do processo de ensino-aprendizagem, do processo de gestão, da avaliação de desempenho de funcionários e docentes sob a ótica de um processo de avaliação embasado em duas lógicas:

- a) Processo de avaliação interno que contará com a participação de toda a comunidade acadêmica;
- b) Processo de avaliação externa por intermédio de indicadores de avaliação institucionalizados pelo MEC, Capes, CNPq, etc. além da opinião regular e periódica de uma comissão de especialistas em Administração Universitária. Os desdobramentos institucionais advindos desta proposta serão oportunamente discutidos e aprovados pelos conselhos competentes.

No caso do curso de Gestão Pública a ser ofertado na modalidade a distância, a autoavaliação dar-se-á por diversos processos que, em conjunto, permitirão um diagnóstico periódico, tais como: reuniões de professores; fórum conjuntos com alunos, representantes discentes, professores e coordenação de curso; acompanhamento da execução do plano de ensino pelos docentes e coordenação de curso.

O coordenador do curso e presidente do Núcleo Docente Estruturante – NDE acompanhará o dia-a-dia do desenvolvimento do projeto pedagógico do curso no contato com professores e alunos. Os alunos poderão fazer contato permanente com o coordenador e com os professores do colegiado de curso. Sendo assim, problemas e dificuldades dos alunos poderão ser acompanhados, encaminhados e, sempre que possível, atendidos prontamente.

No âmbito da autoavaliação do curso de Gestão Pública, o colegiado de curso tem como missão conduzir o processo de avaliação do desempenho didático dos docentes e acadêmicos dos discentes, visando a identificação de problemas, das mudanças necessárias e das inovações que a cada dia são exigidas pelo mercado de trabalho. A autoavaliação do curso constitui instrumento valioso para a elaboração de medidas corretivas ao longo do processo ensino-aprendizagem.

A autoavaliação é, portanto, caracterizada como um empreendimento científico, sendo sempre orientado para a busca do aperfeiçoamento e de subsídios para o processo de tomada de decisões que visem garantir a equidade e a eficácia do ensino. Nesse sentido e, partindo do pressuposto de que a autoavaliação é um indutor de melhoria da qualidade da educação, a comunidade acadêmica, especialmente os professores e os discentes, é conscientizada de que ela deverá ser coletiva e participativa.

Aperfeiçoamentos e correções serão providenciados nas disciplinas por intermédio da avaliação docente, discente, da coordenação de curso e do Núcleo Docente Estruturante, e implantadas período a período, trazendo providências que visam resultados práticos importantes, tais como atualizações no conteúdo das disciplinas e atividades, conforme modificações na realidade sócio histórica; forma de abordagem didática dos assuntos visando à eficiência e eficácia; a inter-relação nas abordagens de assuntos comuns tratados por diferentes disciplinas; proposição de atividades contextualizadas e mais próximas das situações e dos problemas locais e regionais; organização de atividades extraclasse com os alunos (palestras, fóruns, debates, seminários, etc).

As propostas que impliquem modificações nas bases do Projeto Pedagógico do Curso serão efetuadas com a implantação de uma atualização curricular, sendo objeto de discussão no Núcleo Docente Estruturante do curso. Exemplos dessas alterações envolvem: modificações referentes aos objetivos do curso; modificação da carga horária das disciplinas; modificações de conteúdos de disciplinas para adequação da sequência de aprendizado; substituição ou supressão de disciplinas.

Logo, na qualidade de processo permanente, a avaliação é utilizada como um instrumento para identificar problemas, para corrigir erros e para introduzir as mudanças que signifiquem uma melhoria imediata da qualidade do ensino e da instituição.

Objetivos do sistema de autoavaliação do curso:

1. Avaliar o projeto acadêmico e político do curso visando a melhoria da qualidade de ensino, das atividades desenvolvidas nos projetos de ensino, pesquisa e extensão;

2. Fazer um diagnóstico constante das atividades do curso, visando a identificação de seus problemas, das mudanças necessárias e as inovações exigidas pelo mercado de trabalho;
3. Avaliar o projeto acadêmico e político do curso visando a melhoria da qualidade de ensino, das atividades desenvolvidas nos projetos de ensino, pesquisa e extensão;
4. Fazer um diagnóstico constante das atividades do curso, visando a identificação de seus problemas, das mudanças necessárias e as inovações exigidas pelo mercado de trabalho;
5. Sensibilizar constantemente os diferentes segmentos: professores, funcionários e alunos, para a importância da avaliação como instrumento de melhoria da qualidade e como recurso a ser utilizado para prestar contas aos próprios alunos, seus pais/responsáveis e a sociedade em que o curso a ser reconhecido está inserido;
6. Fazer um diagnóstico permanente das atividades curriculares e extracurriculares a fim de verificar de que maneira elas atendem as necessidades do mercado de trabalho; e
7. Propor mudanças do projeto pedagógico ouvindo os alunos, professores e funcionários técnico-administrativos e estimulando-os a participarem ativamente do processo.

Assim, o sistema de autoavaliação do curso de Gestão Pública desenvolve ações de avaliação institucional interna e externa, integrará as dimensões da organização didático-pedagógico, o corpo docente, discente, técnico-administrativo e egressos, inter-relacionando essas relações de compromisso social, atividades de ensino, pesquisa extensão, finalidades e responsabilidades sociais do curso, e prioriza o caráter público de todos os procedimentos, dados, análise, dos processos avaliativos.

As escolhas metodológicas do sistema de autoavaliação do curso de Gestão Pública da **Escola Superior do Ministério Público** foram norteadas pelos seguintes pressupostos

- Garantia de um clima de acolhimento ao Programa pelos segmentos da comunidade acadêmica, o que lhes assegura a participação em todo o processo e a utilização dos resultados;
- Obtenção de dados quantitativos e qualitativos na coleta de informações, objetivando à formulação de um diagnóstico institucional multidimensional;
- Conjugação das avaliações interna e externa, como vertentes complementares inseparáveis, para reflexão sobre suas várias dimensões;

- Acolhimento pela administração da Instituição das sugestões elencadas no processo avaliativo.

A Instituição tem como convicção que esse processo deve permanecer continuamente para proporcionar, de forma legítima e sistemática, os caminhos para levar à melhoria contínua dos trabalhos acadêmicos e administrativos, por intermédio da participação de todos os envolvidos, de forma a criar uma comunidade acadêmica cada vez mais emancipada.

1.20 Apoio ao Discente

O Núcleo de Apoio ao Educando (NAE) é o órgão de acolhimento, orientação e atendimento aos acadêmicos da **Escola Superior do Ministério Público** que tem como principal objetivo oferecer atendimento pedagógico e encaminhamento especializado aos discentes da Instituição com a finalidade de auxiliá-los no processo de ensino e aprendizagem, bem como no desenvolvimento pessoal e profissional do aluno, visando o comprometimento com o aprendizado, sendo este o principal valor da Instituição. Por se tratar de um Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicopedagógico aos discentes suas ações estão de acordo com a legislação vigente, planos, políticas e projetos institucionais. As ações a serem desenvolvidas pelo NAE buscarão a promoção da permanência de todos os seus discentes na Educação Superior onde oportunizará o desenvolvimento dos projetos do setor e da instituição.

O NAE possui conhecimentos específicos sobre as dificuldades de aprendizagem. Por essa razão, orientam os discentes na compreensão e organização de seus estudos, auxiliando-os nos aspectos pedagógicos, sociais e emocionais, inclusive nas suas atividades profissionais, enquanto discentes e acadêmicos da Instituição. Acreditando que o docente seja corresponsável pelo processo de ensino e aprendizagem.

As ações a serem desenvolvidas pelo NAE buscarão a promoção da permanência de todos os seus discentes na Educação Superior, sejam eles portadores de Mobilidade Reduzida ou não. Como estratégia para articulação da Política de Atendimento as Pessoas com Mobilidade Reduzida é fomentado a participação em todos os outros projetos da IES. A Política do NAE buscará proporcionar um acolhimento especial aos discentes, portadores de mobilidade reduzida advindas de deficiência física ao longo da graduação por meio dos projetos

arquitetônicos e urbanísticos da IES. A Política de Atendimento a Pessoa Portadora de Necessidades Educacionais visa proporcionar um acolhimento especial aos discentes portadores de síndromes, transtornos globais de aprendizagem e/ou deficiência advindas de deficiência auditiva e/ou visual ao longo da graduação por meio de apoio psicopedagógicos. Além disso, também busca minimizar as consequências negativas das necessidades educacionais especiais ao procurar adequar ações desenvolvidas nos projetos citados nesta política de inclusão do NAE, de forma a possibilitar sua inserção e/ou permanência na vida acadêmica.

O Acolhimento ao ingressante tem como objetivo receber o discente com a finalidade de esclarecer todas as rotinas de comunicação e políticas da Faculdade, este evento, para os cursos ofertados na modalidade presencial, é realizado na primeira semana de aula, e conduzidos pelos Coordenadores e/ou Direção. Para os cursos a serem ofertados na modalidade a distância, será disponibilizado vídeo no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

A permanência do aluno da **Escola Superior do Ministério Público** será tratada individualmente, a instituição procurará zelar pelo interesse dos seus discentes ingressantes em sua formação, tendo sempre como princípio básico formar profissionais inseridos no contexto socioeconômico da região onde se situa e, mais do que isto, prepará-los para uma atividade empresária na área de sua formação. Sempre com o objetivo de que eles possam desempenhar as suas funções de forma a atender a todos os indivíduos com espírito humano e solidário e, estimulados e preparados para uma atividade empresária.

A principal causa da evasão nas instituições particulares de ensino superior não é a falta de recursos financeiros, pois o despreparo para acompanhar o curso, pelas carências trazidas do ensino médio é uma das causas principais. Desta forma a **Escola Superior do Ministério Público** empenha-se em promover a evolução cognitiva de seus acadêmicos evitando, assim, a evasão. O Curso poderá atuar em uma região geograficamente extensa, a depender da política da expansão de polos, abrangendo diversas etnias, níveis culturais variados e diferentes formações escolares. Com isso, preocupa-se em criar mecanismos de nivelamento que, além de auxiliar os discentes com dificuldades específicas em determinadas áreas de formação básica e até mesmo instrumental, acabam por facilitar o andamento das aulas para os demais discentes, com relação ao desenvolvimento. Conforme regimento próprio o programa se faz necessário para evitar a desistência e o abandono por motivos acadêmico-educacionais. A Faculdade oferecerá

também um Programa de Nivelamento *on-line* para o corpo discente. As áreas de nivelamento inicialmente contempladas serão: Língua Portuguesa e Matemática.

O Programa de Acompanhamento aos discentes autistas objetiva orientar e capacitar profissionais da área da educação a identificar sinais de Autismo, caracterizados pela dificuldade na comunicação social e comportamentos repetitivos. A Organização Mundial da Saúde - OMS estima que 1% da população mundial tem autismo, isso significa cerca de 70 milhões de pessoas. No Brasil, a estimativa é de que existam dois milhões de autistas.

O programa de acompanhamento aos discentes autistas está de acordo com a legislação vigente e políticas institucionais da **Escola Superior do Ministério Público** onde as ações desenvolvidas pelo NAE buscam a promoção da permanência de todos os seus discentes na IES, sejam eles portadores de necessidades educativas especiais ou não, onde oportuniza o desenvolvimento dos projetos.

Em observância a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a **Escola Superior do Ministério Público** garante proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

1.21 Programas de Extensão

De acordo com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no seu Artigo nº 43, inciso VII da LDB, uma das importantes finalidades da educação superior é promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica na instituição de ensino superior. Neste sentido, a extensão deve ser desenvolvida nas universidades e influenciar positivamente no desenvolvimento regional através da divulgação e disponibilização à população de novas tecnologias.

Seu objetivo é promover completa formação profissional dos acadêmicos, oferecendo a oportunidade aos mesmos de interagir com outros profissionais das diversas áreas do conhecimento e ampliar seus conhecimentos técnicos através de ações direcionadas ao contato direto com a comunidade local e regional, desenvolvendo ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Assim, os

programas de extensão visam promover atividades de intervenção social e difusão de conhecimentos, aliada à pesquisa, partindo das demandas reais da comunidade.

As intervenções de extensão à sociedade são promovidas através de: seminários, simpósios, encontros, cursos de extensão, intercâmbios com instituições congêneres, articulações com os sistemas público e privado, prestação de serviços visando à integração com a comunidade local e regional e a oferta de estágios, cursos de capacitação, atendimentos direcionados à comunidade em parceria com instituições públicas ou privadas, promoções de atividades e/ou participações em iniciativas de natureza cultural, divulgação de estudos sobre aspectos da realidade local e regional, estímulo à criação literária, artística, científica, tecnológica e esportiva e publicações de trabalhos de interesse científico e cultural.

No Curso de Gestão Pública, a prática de extensão será estimulada desde o primeiro período por meio dos seus componentes curriculares, que deverá criar mecanismos de incentivo e fomento à participação discente em eventos de extensão como cursos, simpósios, campanhas, projetos sociais, ligas acadêmicas e outros.

1.22 Iniciação Científica

O Programa de Iniciação Científica (PIC) da **Escola Superior do Ministério Público** constitui em um programa que visa oportunizar aos alunos experiência no processo de problematização da realidade e formulação do conhecimento, de forma sistemática e fundamentada, por meio da participação em todas as etapas da pesquisa.

A Iniciação Científica é um programa que objetiva conscientizar os alunos de graduação a respeito da importância do método científico, aproximando-os do processo de pesquisa, que contribui para a evolução das diversas áreas do conhecimento.

O Programa tem como objetivos:

- I. Estimular a participação dos acadêmicos de graduação nas atividades de pesquisa, visando à formação de recursos humanos para a atividade científica;
- II. Incentivar pesquisadores na orientação à pesquisa a engajarem estudantes de

- graduação em projetos de pesquisa e/ou atividades vinculadas à linha de pesquisa, visando ao desenvolvimento da iniciação científica no processo acadêmico;
- III. Proporcionar ao acadêmico, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, por meio do envolvimento direto com as atividades da pesquisa;
 - IV. Contribuir para a continuidade da formação dos acadêmicos em nível de pós-graduação, preparando-os para futura atividade científica;
 - V. Estimular o incremento da produção científica pela divulgação dos resultados obtidos na pesquisa.

O Programa de Iniciação Científica (PIC) apresenta Regulamento próprio com as normas e orientações.

1.23 Acompanhamento de Egressos

A **Escola Superior do Ministério Público** manterá um Programa de Acompanhamento Acadêmico de forma *on-line*, voltado com exclusividade a alunos e ex-alunos, com o objetivo de mantê-los em contato com a IES e com o mercado de trabalho.

Os participantes do programa possuirão acesso às informações sobre a profissão, educação continuada e aos acontecimentos do meio acadêmico, além de possibilitar a formação de uma rede de contatos entre os coordenadores, professores, colegas de turma e funcionários da Instituição.

Esse elo disponibilizará periodicamente notícias atuais sobre as tendências do mercado de trabalho, artigos, informativos, relações de site, banco de currículo e outros.

Manterá ainda a Avaliação Institucional sob a ótica do egresso como um dos instrumentos da Avaliação Institucional e que terá a finalidade de identificar os pontos fortes e fracos do curso e oferecer subsídios para a reforma curricular e as necessidades de qualificação dos ex-alunos como subsídios para a criação de cursos de pós-graduação dentro do programa de Educação Continuada.

1.24 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

O Projeto de Autoavaliação Institucional da **Escola Superior do Ministério Público** fundamenta-se com o contexto macro das exigências legais do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

A autoavaliação retrata o compromisso institucional com o autoconhecimento e sua relação com o todo, em prol da qualidade de todos os serviços que a Instituição oferece à sociedade. Considerando o SINAES, a IES contará com uma Comissão Própria de Avaliação - CPA, instituindo, assim, um processo de autoavaliação.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) com o objetivo de coordenar, subsidiar e colocar em prática o processo de autoavaliação, como etapa preliminar à Avaliação Externa do INEP, bem como cuida de planejar, organizar, refletir e cuidar do interesse de toda a comunidade pelo processo avaliativo, assim com a participação e envolvimento de toda a comunidade acadêmica e com o apoio dos gestores da instituição, que lhes disponibilizarão as informações e os dados necessários.

A autoavaliação do Curso e a autoavaliação institucional acontecem por meio de um processo contínuo de verificação das condições de ensino e do desempenho da aprendizagem e do processo de gestão acadêmica, com vistas à melhoria da qualidade.

Os instrumentos são construídos e aplicados com os conteúdos teóricos e práticos envolvidos nas 10 dimensões, conforme Roteiro de Autoavaliação Institucional/MEC. Esses instrumentos são aplicados em toda a comunidade e atuarão como objetos intermediários e subsidiários na identificação dos problemas.

Conforme a legislação, a autoavaliação terá por objetivo identificar o perfil institucional e o significado da sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e serviços, respeitando a diversidade e as especificidades dos diferentes objetivos. Para isso são consideradas dez dimensões, contemplando

Conforme a legislação, a autoavaliação terá por objetivo identificar o perfil institucional e o significado da sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e serviços, respeitando a diversidade e as especificidades dos diferentes objetivos. Para isso são consideradas dez dimensões, contemplando:

D1 - Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

D2 - Políticas para Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação

D3 - Responsabilidade Social Institucional

D4 - A Comunicação da Instituição com a Sociedade

D5 - Políticas de Pessoal e Carreiras

D6 - Organização e Gestão da Instituição.

D7 - Infraestrutura Física

D8 - Planejamento e Avaliação

D9 - Política de Atendimento ao Aluno

D10 - Sustentabilidade Financeira

Com base nas 10 dimensões apresentadas, os instrumentos utilizados na autoavaliação enfatizarão o processo de ensino-aprendizagem e as práticas de suporte a este processo, no âmbito dos cursos de graduação, e seus sujeitos, ou seja, o corpo docente, o corpo discente, o corpo técnico-administrativo, corpo gerencial e coordenadores da IES, além dos egressos dos cursos. Ressalta-se que a aplicação da avaliação será efetivada através questionários via internet e com senha de uso pessoal, resguardando as informações que são utilizadas no relatório da CPA, que servirão de insumos para elaboração dos planos de ação de melhorias com vistas a gestão adequada do curso e planejamento futuro focado na qualidade de ensino.

A gestão do curso será planejada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso de Gestão Pública, com previsão da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e delineamento de processo autoavaliativo periódico do curso.

1.25 Atividades de Tutoria

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, por ser uma proposta com abordagem on-line, tem sua estrutura organizada em uma plataforma digital, e as ações de tutoria com base na metodologia e abordagem pedagógica que privilegia a aprendizagem ativa e colaborativa do estudante.

O tutor tem um papel fundamental no percurso acadêmico do estudante, acompanhando no ambiente virtual, pois atua na mediação pedagógica, favorece a troca de experiências e conhecimentos entre os participantes, promove o processo de ensino e aprendizagem, incentiva e orienta a participação do aluno nas atividades propostas, além de responder pela gestão da turma.

O tutor é um profissional com aderência à disciplina, com titulação mínima de pós-graduação Lato Sensu e experiência em Educação a Distância. A atuação do tutor é focada na realização da mediação do processo de ensino aprendizagem do estudante no ambiente virtual de aprendizagem, acompanhando o desempenho do aluno, incentivando-o a participar ativamente das atividades on-line.

O tutor atua de acordo com as orientações da Coordenação, trabalha de forma articulada com o Projeto Pedagógico do Curso e com o Plano de Ensino proposto para a disciplina.

São atividades do tutor a distância:

- Orientar o aluno em relação a como estudar: ritmo, intensidade, local, necessidades, valorização da autoavaliação, auxiliando em sua adaptação ao ambiente educativo;
- Proporcionar ao aluno vias de contato com a instituição de ensino, incentivar e orientar quando surgirem dúvidas, diminuindo sua ansiedade diante das dificuldades, de modo que se sinta acolhido e com suporte contínuo;
- Promover a participação e a interatividade entre os alunos, desenvolvendo a colaboração, a troca de experiências e enfatizando a autonomia e senso crítico do aluno;

- Estimular a criação de comunidades virtuais de aprendizagem, ou seja, fomentar a discussão entre pares, promovendo a interação do grupo.
- Identificar possíveis dificuldades de aprendizagem, encaminhando aqueles que necessitam para os cursos de nivelamento, além de acionar o apoio psicopedagógico, quando necessário;
- Responder às questões demandadas pelos alunos, relacionadas ao conteúdo e aspectos pedagógicos;
- Integrar e conduzir as intervenções, sintetizando, reconstruindo os temas que vão surgindo em um fórum de discussão, propondo questionamentos reflexivos, que possam apoiar o aluno nas suas descobertas, construção de conhecimento, possíveis contradições ou inconsistências na sua linha de entendimento;
- Dar feedback ao aluno sobre o progresso, reconhecendo seus avanços, notificando sobre atrasos na entrega de atividades ou não cumprimento de quaisquer prazos, encaminhando comunicados, alertando-o para prazos importantes constantes do cronograma;
- Monitorar as aulas no ambiente de aprendizagem, mapeando e avaliando a frequência e participação do aluno, considerando o desempenho nas atividades propostas;
- Corrigir as atividades avaliativas e fornecer feedbacks individuais e coletivos acerca da participação do aluno;
- Acompanhar as atividades presenciais, quando houver;
- Esclarecer dúvidas sobre a realização de atividades complementares;
- Aplicar avaliações presenciais;
- Orientar o aluno quanto ao manuseio das mídias e tecnologias utilizadas no curso;
- Participar ativamente das capacitações promovidas pela Unidade de EaD.

A tutoria em EaD leva a refletir sobre as novas formas de interação, de socialização, de espaço temporal e de construção de conhecimento no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Ao serem consideradas essas questões e características são abordadas estratégias de mediação que buscam oferecer caminhos didáticos para uso adequado da linguagem, abordagem e intencionalidade.

Para acompanhar o trabalho de tutoria, a Instituição possui um AVA específico de coordenação, sendo um canal de comunicação dos tutores com a gestão do curso para dúvidas e esclarecimentos pertinentes ao conteúdo e estrutura do curso. Quando identificadas dúvidas relacionadas às questões já experienciadas, é importante compartilhar com os demais tutores, para auxiliar a equipe na solução.

Além disso, foi desenvolvido um manual do tutor com o objetivo de compartilhar informações, esclarecimentos e orientações sobre o papel e as atribuições a serem desempenhadas por toda a equipe durante o período de realização do curso. É sabido que essas atividades exigem do tutor dedicação, planejamento e organização, portanto, o manual é um norteador das ações em ambiente virtual de aprendizagem.

Pensando no monitoramento das aulas no ambiente virtual de aprendizagem, mapeando e avaliando a frequência e participação do aluno, considerando o desempenho nas atividades propostas, serão fornecidos pela Unidade de Educação a Distância, relatórios periódicos para que esse acompanhamento seja realizado e os tutores, docentes, coordenador de tutoria e de curso possam traçar estratégias para garantir o melhor suporte ao aluno.

As ações de tutoria no ambiente virtual de aprendizagem estão diretamente ligadas à promoção e ao alcance de desafios presentes na proposta curso:

- Promover o desenvolvimento de competências e habilidades específicas do aluno;
- Propor ações e exemplos concretos a partir dos elementos estudados para aumentar o grau de compreensão do aluno.
- Possibilitar ao aluno aplicar os conteúdos e as práticas apreendidas;
- Valorizar o aluno nos aspectos pessoal e profissional;
- Formar os diferentes profissionais nas variadas regiões, considerando suas características culturais;
- Propor equidade de acesso à informação;
- Oferecer fonte de consulta para a prática diária do aluno;
- Discutir e reformular os processos e ações educativas;
- Buscar aprimorar a própria atuação profissional docente.

Os desafios são muitos e a atuação do tutor é fundamental na operação do curso e de formação do aluno. Para garantir a qualidade no trabalho de tutoria, cada tutor será responsável por turma de até 100 alunos, além de ser acompanhado pelo docente responsável pela disciplina, que dará todas as orientações necessárias quanto à correção das atividades, feedback e mediação nos fóruns temáticos de discussão.

O tutor, além de agente motivador e orientador do aluno durante todo o processo de ensino e aprendizagem deverá criar um ambiente virtual de acolhimento ao aluno, considerando a importância do estabelecimento de vínculo, garantindo o sentimento de pertencimento, bem como estimular a autonomia do aluno ao longo de todo o processo.

Seu trabalho inicia no período de integração e ambientação. Período em que o aluno será acolhido, momento de conhecer o tutor responsável e seus colegas de turma on-line. De forma lúdica experimentará as ferramentas e recursos que serão disponibilizados ao longo do curso. O aluno será orientado a participar do fórum de apresentação e trocar informações sobre seus hobbies e suas expectativas em relação ao curso e poderá preencher seus dados e inserir sua foto no perfil.

Nas atividades apresentadas serão abordadas informações importantes disponíveis no Manual do Aluno, Plano de Ensino e Critérios de Avaliação, desta forma o aluno ficará ciente sobre diversos aspectos da metodologia de ensino e aprenderá a utilizar as ferramentas utilizadas durante seus estudos.

Após a ambientação será fornecido um cronograma, que guiará nos estudos e interação com os conteúdos ao longo do semestre para que tutor e alunos possam se organizar. As disciplinas estão organizadas em Unidades de Aprendizagem e o aluno realizará as atividades propostas (envios de texto e exercícios) a cada Unidade. São propostos fóruns temáticos para possibilitar a troca e a construção colaborativa do conhecimento. O aluno é orientado a se posicionar com argumentação de relevância e pertinência, tendo a mediação do tutor. Para as atividades de autoavaliação, cabe ao tutor acompanhar os alunos caso tenham dúvidas de conteúdo.

1.26 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria

Os conhecimentos, as habilidades e as atitudes da equipe de tutoria da IES são adequados para que as atividades e ações estejam alinhadas ao PPC, às demandas comunicacionais e às tecnologias previstas para o curso, com planejamento de avaliações periódicas para identificar necessidade de capacitação dos tutores e apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência e êxito dos discentes.

O tutor é um orientador acadêmico com formação superior adequada a sua área de atuação, responsável pelo atendimento pedagógico aos estudantes por meio de encontros presenciais e de ferramentas de comunicação, disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Assim alguns conhecimentos, habilidades e atitudes são necessárias para o desenvolvimento da tarefa como:

- Conhecimento da matéria;
- Capacidade para comunicar com os alunos de maneira clara, útil e amigável;
- Conhecimento dos critérios acadêmicos;
- Conhecimento o Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Habilidades nos recursos tecnológicos;
- Ajudar o aluno a planejar o trabalho;
- Fornecer feedback aos coordenadores sobre os materiais dos cursos e as dificuldades dos estudantes.

1.27 Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) no Processo de Ensino-Aprendizagem

As práticas pedagógicas devem ser contextualizadas visando promover o crescimento intelectual do aluno por meio de experiências significativas e motivadoras de aprendizagem. Tais experiências devem levar em conta aspectos referentes à prática social e à vivência contextualizada dos alunos.

Com o advento da internet, do acesso dinâmico às informações e ao conhecimento em bancos de dados virtuais, da rápida propagação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no mundo e, sobretudo, em nosso país, constatamos que a relevância das novas tecnologias em contextos educativos é inquestionável. Dessa forma, não podemos privar nossos alunos de ações pedagógicas que almejem inclui-los uma realidade social cujas práticas se tornam cada vez mais baseadas em tecnologias. A tecnologia se aproxima de nossa realidade e impera mudanças em todos os setores da sociedade moderna. Assim, noções de ensino e aprendizagem, tempo e espaço ganham redefinições à medida que conexões à internet possibilitam o acesso a outros países, culturas, línguas, conhecimentos e informações; a todo tempo e qualquer lugar.

Gimenez (2000) pontua que vivemos um período em que os avanços tecnológicos nos possibilitam formas de comunicação sem precedentes, e que modelos autoritários, centralizados, homogeneizantes vão sendo substituídos por formas descentralizadas, heterogeneizantes, plurais e democráticas de relacionamento.

As inovações tecnológicas acentuaram a necessidade de novas posturas no processo de ensino e aprendizagem. O professor não é mais visto como o detentor e transmissor do conhecimento e nem o aluno como receptor passivo. O ensinar e o aprender começam a ser subsidiados (e não substituídos) pelo aparato tecnológico, que tem como uma de suas funções otimizar a construção de situações de aprendizagem significativas. Nesse novo contexto, a (co)construção do conhecimento envolvendo o professor e o aluno adquire grande relevância em uma relação bilateral de troca de saberes, intercâmbio de conhecimentos e desenvolvimento de práticas significativas.

É importante salientar que as tecnologias de comunicação e informação, com destaque para os computadores, configuram-se como um desafio para educadores e educandos devido às infinitas possibilidades e oportunidades que oferecem dentro do contexto educacional exigindo capacitação e discernimento.

A plataforma utilizada pela **Escola Superior do Ministério Público** visa para prover essa inserção do aluno nas novas tecnologias impulsionando a inclusão digital e na constituição do ambiente virtual de aprendizagem. A plataforma possui um sistema para gerenciamento de cursos (CMS - Course Management System) e também, um ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVEA), totalmente baseado em ferramentas da WEB, requerendo do usuário um computador conectado à Internet e a disponibilidade de um navegador, a exemplo do Firefox, Chrome e do Internet Explorer. A plataforma cobrirá três eixos básicos do processo de ensino-aprendizagem:

- Gerenciamento de conteúdo: organização de conteúdo a serem disponibilizados aos estudantes no contexto de disciplinas/turmas;
- Interação entre usuários: diversas ferramentas para interação com e entre estudantes e professores: fórum, bate-papo, mensagem instantânea, etc.
- Acompanhamento e avaliação: definição, recepção e avaliação de tarefas, questionários e enquetes, atribuição de notas, cálculo de médias, etc.

Será utilizada também, na Educação a Distância da **Escola Superior do Ministério Público** a ferramenta tutoria *on-line*, que foi estruturada e desenvolvida para transformar-se em uma sala de aula virtual, onde o professor formador ministra aula e tirar as dúvidas dos alunos de maneira síncrona. O histórico da troca de informações é gravado em um banco de dados pelo sistema.

Os conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de tutoria foram previstos adequadamente para que as atividades e ações estejam alinhadas ao PPC, às demandas comunicacionais e às tecnologias previstas para o curso, com planejamento de avaliações periódicas para identificar necessidade de capacitação dos tutores e apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência e êxito dos discentes.

1.28 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem para os cursos da **Escola Superior do Ministério Público - ESCOLAMP** estão estruturados em uma plataforma digital de aprendizagem que apresenta ferramentas específicas para a implementação de conteúdo, administração, organização e avaliação somativa e formativa, garantindo a oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância.

É uma plataforma que possibilita a criação e administração de cursos na Web, sendo utilizada pela IES a partir do conceito sócioconstrutivista, pautada na construção de conhecimentos em grupos sociais de maneira colaborativa e significativa. O ambiente apresenta recursos para a implementação de conteúdos, administração, organização, comunicação e avaliação.

Nesse ambiente, o aluno terá acesso a todas as ferramentas necessárias para baixar conteúdos, estudar, realizar atividades, interagir com os colegas e tirar as dúvidas e se comunicar com o seu tutor. A Plataforma de Educação a Distância da **ESCOLAMP** será customizada exclusivamente para atender os cursos ofertados pela IES dentro do mais alto padrão de funcionalidade e qualidade em tecnologia, bem como o uso de softwares e objetos de aprendizagem compatíveis com a realidade e necessidade de cada curso. A plataforma integra-se ao Sistema de Gestão Acadêmico, responsável pelo processo de registro de notas, sendo o lugar para operacionalizar os cursos e transferir os resultados acadêmicos.

Para a construção do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA foi levado em consideração os diversos dispositivos disponíveis aos usuários, logo apresenta um layout responsivo, onde os elementos se organizam para uma melhor usabilidade e navegabilidade.

Após apresentação de login e senha previamente fornecidos, o aluno matriculado terá acesso livre aos mecanismos de comunicação institucional que visa ajudá-lo a compreender e refletir sobre o conhecimento, em ambiente de comunicação permanentemente aberto, no qual poderá se comunicar e interagir com seus colegas.

Para isso, o aluno conta com alguns recursos para conhecer a plataforma de ensino e ter um maior aproveitamento de tudo o que estará ao seu alcance durante todo o andamento do curso. Ele terá acesso a inovações em tecnologias educacionais, bem como, recursos de organização, informação e comunicação. Os recursos utilizados na construção da disciplina foram concebidos levando-se em consideração uma avaliação formativa.

A estratégia de ensino e aprendizagem adotada privilegia a construção do conhecimento pelo aluno, portanto, ela contempla situações que promovem a reflexão, produção, troca de experiência e a aprendizagem autônoma e colaborativa. A ESCOLAMP apresenta abaixo alguns dos recursos existentes no ambiente *on-line*:

- a. **Perfil/Participantes:** nesse local os alunos devem manter todos os dados cadastrais atualizados do início ao fim da disciplina, havendo a possibilidade de inserir uma foto como recurso de identificação. Esse recurso permite a visualização de todos os participantes da turma.
- b. **Fóruns:** caracterizam-se como meios de comunicação assíncronos entre os participantes e professor da turma. Os fóruns propiciam a reflexão sobre diferentes temas, favorecendo com que os comentários sejam postados, após uma análise mais sistemática por parte dos integrantes da comunidade virtual. No Ambiente Virtual de Aprendizagem os alunos têm acesso aos seguintes Fóruns:
 - c. **Fórum Orientação de Estudos** - Neste fórum eles encontram orientações dos professores para o melhor aproveitamento nos seus estudos.
 - d. **Suporte Técnico** - Por meio deste fórum o(a) aluno(a) pode entrar em contato com a equipe de suporte de EaD e esclarecer suas dúvidas TÉCNICAS sobre o SISTEMA.
 - e. **Fórum de Dúvidas** - Este é o espaço onde o aluno poderá postar suas dúvidas referentes à disciplina.
 - f. **Fórum de Debates Pedagógicos** - Este fórum é avaliativo de maneira qualitativa e reservado para o aprendizado colaborativo.
 - g. **Fórum Atividades de Auto estudo (Prova Presencial)** - Este é o espaço reservado para que o professor disponibilize resumos, questões, referente as disciplinas e outras atividades que ele julgue pertinente e que ajudarão nos estudos.

Também são disponibilizados no AVA links para:

Conteúdos: apresenta os conteúdos do curso, respeitando a linguagem da web. Esse material articulará: situações-problema, animações, vídeos, textos, imagens, entre outros. Há também a versão em PDF para que o aluno possa realizar o download.

Os Encontros *on-line* previstos, que poderão ser realizados ao vivo com os alunos, ocorrerão na plataforma Google For *Education*.

1.29 Material Didático

O material didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, é concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no Projeto Pedagógico de Curso, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre aluno e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento. Em consonância com o Projeto Pedagógico de Curso, o material didático deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatível com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo.

Na elaboração do material didático para uso a distância busca-se integrar as diferentes mídias e explorar a convergência das tecnologias, sempre na perspectiva da construção do conhecimento e da possibilidade de interação entre os diversos atores. Todo o material didático é elaborado em consonância com o Projeto Pedagógico de Curso, com abordagem do conteúdo específico da área, indicando bibliografias básicas e complementares, atendendo às especificidades da modalidade de EaD, em particular quanto à dialogicidade da linguagem, como promotor da autonomia de estudo. O material didático é produzido por professores titulados e com experiências e formações nas áreas contempladas pela matriz curricular do curso. Os professores conteudistas são os profissionais que desenvolvem os conteúdos, a partir das ementas, bibliografias básicas e complementares, selecionando e reunindo os materiais, organizando e propondo o estudo de textos e a realização de atividades para a disciplina sob sua responsabilidade. A construção dos materiais didáticos é acompanhada por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais capazes de desenvolver materiais, apoiando o professor conteudista e especialistas em EaD.

O NEaD tem como função no que se refere à produção de materiais didáticos:

- Acompanhamento de subsistemas relacionados à concepção, produção e avaliação da implementação dos cursos e/ou disciplinas na modalidade a distância;
- Auxílio na formação e orientação das ações pertinentes aos professores conteudistas;
- Revisão e compilação de materiais didáticos para EaD;
- Auxílio no design das disciplinas;
- Elaboração nas animações, ilustrações (gráficos, tabelas, imagens, etc.), incluindo o desenho e criação de recursos gráficos para facilitar a navegabilidade e usabilidade dos materiais nas diferentes mídias.

Especial atenção é devotada à construção do material didático no que diz respeito à garantia de unidade entre os conteúdos trabalhados e interação entre os diferentes sujeitos envolvidos.

Para atender a estas orientações, o material didático deve:

- com especial atenção, cobrir de forma sistemática e organizada o conteúdo preconizado pelas diretrizes curriculares, segundo documentação do Ministério da Educação, para cada área do conhecimento, com atualização permanente;
- ser estruturados em linguagem dialógica, de modo a promover autonomia do aluno desenvolvendo sua capacidade para aprender e controlar o próprio desenvolvimento;
- prever um módulo introdutório que leve ao domínio de conhecimentos e habilidades básicos, referentes à tecnologia utilizada e também forneça para o aluno uma visão geral da metodologia em educação a distância a ser utilizada no curso, tendo em vista ajudar seu planejamento inicial de estudos e em favor da construção de sua autonomia;
- detalhar que competências cognitivas, habilidades e atitudes o aluno deverá alcançar ao fim de cada disciplina, oferecendo-lhe oportunidades sistemáticas de auto avaliação;
- dispor de esquemas alternativos para atendimento de alunos com deficiência;
- indicar bibliografia e sites complementares, de maneira a incentivar o aprofundamento e complementação da aprendizagem.

Especial atenção é devotada à construção do material didático no que diz respeito à garantia de unidade entre os conteúdos trabalhados e interação entre os diferentes sujeitos envolvidos.

Para atender a estas orientações, o material didático deve:

- com especial atenção, cobrir de forma sistemática e organizada o conteúdo preconizado pelas diretrizes curriculares, segundo documentação do Ministério da Educação, para cada área do conhecimento, com atualização permanente;
- ser estruturados em linguagem dialógica, de modo a promover autonomia do aluno desenvolvendo sua capacidade para aprender e controlar o próprio desenvolvimento;
- prever um módulo introdutório que leve ao domínio de conhecimentos e habilidades básicos, referentes à tecnologia utilizada e também forneça para o aluno uma visão geral da metodologia em educação a distância a ser utilizada no curso, tendo em vista ajudar seu planejamento inicial de estudos e em favor da construção de sua autonomia;
- detalhar que competências cognitivas, habilidades e atitudes o aluno deverá alcançar ao fim de cada disciplina, oferecendo-lhe oportunidades sistemáticas de auto avaliação;
- dispor de esquemas alternativos para atendimento de alunos com deficiência;
- indicar bibliografia e sites complementares, de maneira a incentivar o aprofundamento e complementação da aprendizagem.

Todos os materiais didáticos utilizados nos cursos a distância passam por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com objetivo de identificar necessidades de ajustes visando aperfeiçoamento. Além disso, prevê processos de avaliação e revisão periódica e continuada dos materiais didáticos, para garantir a melhoria dos mesmos no aspecto científico, cultural, ético e estético, didático-pedagógico, motivacional, sua adequação aos alunos e às tecnologias de informação e comunicação utilizadas, bem como da capacidade de comunicação, entre outros.

O ambiente virtual de aprendizagem, AVA, que serve de suporte ao material didático, com interface amigável, facultando uma aprendizagem significativa. No ambiente virtual de aprendizagem o aluno tem acesso às disciplinas do curso, podendo comentar seu conteúdo, fazer exercícios, tirar dúvidas sobre este conteúdo ou sobre questões operacionais e administrativas com professores e tutores. Pode também ler avisos e recados, participar de fóruns e chats, entrar em contato com os seus colegas, etc.

Dessa forma, o material didático institucional, disponibilizado aos alunos, permite executar a formação definida no Projeto Pedagógico de Curso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: abrangência, acessibilidade, bibliografia adequada às exigências da formação, aprofundamento e coerência teórica.

1.30 Número de Vagas

O **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD da Escola Superior do Ministério Público de Brasília – ESCOLAMP** foi estruturado para oferecer 100 (cem) vagas anuais na modalidade a distância.

O número de vagas para o curso está fundamentado em estudos quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente e tutorial, bem como às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino, cujo pesquisa (estudo de vagas) é parte integrante deste documento.

2. CORPO DOCENTE

2.1. Núcleo Docente Estruturante - NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), de acordo com a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010, constitui-se de um segmento da estrutura de gestão acadêmica do curso, com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica, responsável pela concepção, acompanhamento, consolidação e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

O NDE do curso de Gestão Pública da **Escola Superior do Ministério Público**, é o órgão responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso e tem, por finalidade, elaborar e implantar a política de ensino, pesquisa e extensão e acompanhar a sua execução, ressalvada a competência dos Conselhos e da Administração Superior, possuindo caráter deliberativo e normativo em sua esfera de decisão. É constituído pelo Coordenador do Curso, como seu presidente; por 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso e que participam da integralização do currículo pleno do curso.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- a) Estabelecer diretrizes e normas para o regime didático-pedagógico do Curso, respeitada a política acadêmica aprovada pelo Conselho Superior;
- b) Auxiliar o Núcleo de Extensão e Iniciação Científica na fixação das linhas básicas de pesquisa do Curso;
- c) Definir o perfil profissional e os objetivos gerais do Curso;
- d) Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso e suas alterações, para aprovação pelos órgãos competentes;
- e) Emitir pareceres das propostas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Curso;
- f) Fixar as diretrizes gerais dos Planos de Ensino das disciplinas do Curso e suas respectivas ementas, recomendando ao Coordenador do Curso, modificações dos Planos de Ensino para fins de compatibilização;
- g) Propor ao Coordenador providências necessárias à melhoria qualitativa do ensino;
- h) Promover a avaliação dos planos de trabalho nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na forma definida no Projeto de Avaliação Institucional;
- i) Emitir parecer sobre a organização, funcionamento e avaliação das atividades de Estágio;
- j) Coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso;
- k) Colaborar com os demais órgãos acadêmicos na sua esfera de atuação;
- l) Sugerir providências de ordem didática, científica e administrativa que entenda necessárias ao desenvolvimento das atividades do Curso;
- m) Incentivar a elaboração de programas de extensão na área de sua competência e supervisionar a execução e avaliar seus resultados;
- n) Promover a interdisciplinaridade do curso; e,
- o) Exercer as demais funções que lhe são explícitas ou implicitamente conferidas pelo Regimento da **Escola Superior do Ministério Público** e de outras legislações e regulamentos a que se subordine.

Os professores que integram o Núcleo Docente Estruturante (NDE) foram responsáveis pela formulação da proposta pedagógica do Curso de Gestão Pública e são responsáveis pela implementação e desenvolvimento do curso, estando vinculados às suas atividades essenciais,

entre elas: docência, orientação de iniciação científica e extensão, atualização do próprio Projeto Pedagógico, e outras.

No quadro a seguir está apresentada a relação nominal dos professores que compõem o Núcleo Docente Estruturante, seguida da titulação e do regime de trabalho:

Nº	DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME	CARGO
01	Irma Filomena Lobosco	Parcial	Mestre	Membro
02	Lincoln Nogueira Marcellos	Integral	Doutor	Presidente
03	Marcelo Salles da Silva	Parcial	Mestre	Membro
04	Roberto Padilha Moia	Parcial	Doutor	Membro
05	Sandra Regina Martini	Parcial	Pós-Doutora	Membro

De acordo com o quadro apresentado, 100% dos docentes possuem titulação acadêmica em programas de pós-graduação *stricto sensu*. Além disso, 20% atuarão em regime de tempo integral e 80% em regime parcial.

O NDE do Curso de Gestão Pública da **Escola Superior do Ministério Público**, atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho, bem como planeja procedimentos para permanência de parte de seus membros até o ato regulatório seguinte.

2.2. Equipe multidisciplinar

A Faculdade constituiu uma equipe multidisciplinar composta por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, sendo responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância, a qual prevê plano de ação documentado e implementado e processos de trabalho formalizados.

A Educação a Distância apresenta uma especificidade que pressupõe uma ação sistemática e conjunta de diversos agentes envolvidos no processo educativo: equipes multidisciplinares e

multifuncionais, tutores, docentes, coordenadores, discentes, além de toda equipe técnica e de gestão. Todos seguem um fluxo e processo de trabalho articulados, tendo os recursos midiáticos e pedagógicos que possibilitam o desenvolvimento da aprendizagem marcada pela autonomia e pela colaboração.

A IES privilegia um enfoque educacional pautado na aprendizagem do adulto e na construção do conhecimento pelo discente, no trabalho de acompanhamento, orientação e mediação pedagógica e na elaboração de situações desafiadoras aplicadas à realidade, que enriquecem a discussão, a troca e a reflexão individual e coletiva. Parte de situações de aprendizagem significativas, para transformar comportamentos e atitudes e aprimorar as competências.

Nos cursos a distância, em razão de suas características, é fundamental a presença de uma equipe multidisciplinar responsável pela gestão dos processos de desenvolvimento dos cursos EaD, na concepção de materiais didáticos, a implementação dos cursos e seu acompanhamento.

A ESCOLAMP apresenta uma proposta de prática pedagógica inovadora e transformadora. Busca privilegiar a interação e a relação dialógica entre professores e alunos no processo de ensino e de aprendizagem com o foco na construção do conhecimento, além de uma nova abordagem dos conteúdos curriculares.

Desta forma, se constituiu uma equipe que atuará diretamente nas ações de formação da Graduação e Pós-graduação da ESCOLAMP, com uma organização e sistematização dos processos de EaD específicas à realidade da IES e de acordo com as diretrizes e legislação educacional em vigor.

2.3 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).

Os conteúdos trabalhados nos cursos que serão oferecidos pela **Escola Superior do Ministério Público** foram selecionados a partir da filosofia, princípios, objetivos e metas a serem alcançados e adequar-se-ão à natureza específica de cada curso oferecido e definido pelo trabalho conjunto da Coordenação com o corpo docente dos cursos oferecidos.

Este trabalho conjunto encaminha a vida acadêmica, planejando os diferentes conteúdos programáticos, para que venham conferir uma base sólida de sustentação ao plano evolutivo da construção de conhecimentos, habilidades, hábitos, atitudes e valores, em cada um dos cursos que serão oferecidos pela faculdade.

Para isso, dentro de uma orientação global, toma como base as Diretrizes Curriculares e os Padrões de Qualidade referentes a cada curso, bem como informações conceituais, reflexões e discussões levadas a efeito em reuniões e eventos de cada uma das áreas. O planejamento do ensino-aprendizagem constitui-se em um dos processos pedagógico-administrativos de singular importância na organização, sendo que, a partir da sua concretização prática nas salas de aulas e outros ambientes especiais, poderão ser alcançados os objetivos, as metas propostas para cada curso e concretizada a missão institucional. Este processo é realizado por meio de reuniões regulares, onde a decisão consensual é a tônica adotada, considerando os seguintes aspectos:

- O desenvolvimento das potencialidades educativas e afetivas que se quer construir como perfil de saída;
- Deve ser funcional, aplicável à profissão, ajustado à instituição, ser atualizado técnica e cientificamente;
- Deve ser flexível, permitindo e ajustando-se às particularidades dos alunos, prevendo saídas e permitindo a integração com conteúdos afins;
- Deve estar coerente a partir dos objetivos e competências propostos e também com a formação do profissional em questão;
- Atualidade, alcançada por meio da constante busca de novos conhecimentos;
- Contribuição social, com vistas a atender às necessidades da sociedade local, regional e nacional;
- Interdisciplinaridade dos conteúdos, possibilitando a compreensão do conteúdo a partir de diversas perspectivas.

Integração vertical e horizontal dos conteúdos, possibilitando não apenas a compreensão da sequência lógica dos conteúdos ao longo do curso, mas também a interligação entre as diversas áreas de conhecimento dentro de um todo complexo.

Na Educação a distância os processos de ensinar e de aprender não acontecem de forma simultânea e nem em espaços necessariamente compartilhados por alunos e professores, as propostas de ensino na modalidade a distância são mediadas por meio de materiais didáticos.

O material didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, é concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no Projeto Pedagógico de Curso, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre aluno e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento.

O desenvolvimento de material didático-pedagógico é muito importante para a análise e seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos dentro dos componentes curriculares, e essa é uma atividade que envolve dedicação do corpo docente e da equipe de apoio técnico da Instituição.

Todos os materiais didáticos utilizados nos cursos a distância da **Escola Superior do Ministério Público** passam por rigoroso processo de produção, análise, revisão e diagramação. O professor autor responsável pela produção do material tem como atribuição desenvolver os conteúdos que serão disponibilizados aos alunos. A elaboração do material didático de uma disciplina exige o domínio teórico e prático dos conteúdos; por isso é de fundamental importância que a formação do autor tenha aderência à proposta da disciplina.

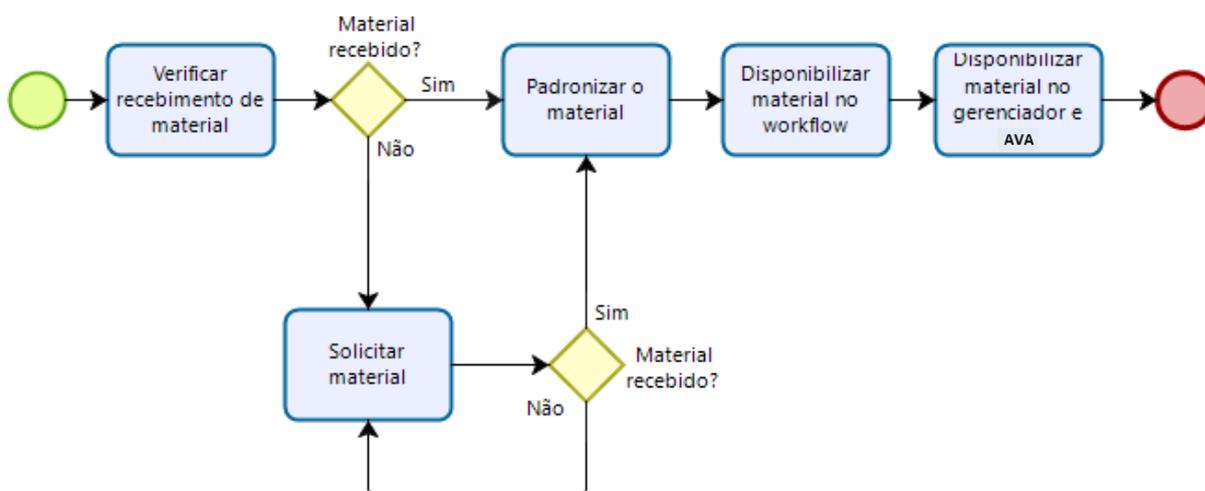
Outro ponto relevante é a objetividade da escrita - a linguagem acadêmica deve ser priorizada; no entanto, os textos devem ser apresentados de forma clara e dialógica, convidando o aluno a compreender os conteúdos e a aprofundar-se em questões e conceitos fundamentais.

A equipe multidisciplinar, é composta de professores (docentes conteudistas) com a responsabilidade de elaborar o material didático para ser veiculado pela Web. A equipe de revisão é integrada por profissional da área de produção em mídias e conhecimento, especialistas em educação e novas tecnologias de comunicação e informação, além de diagramadores e especialistas em WEB, e os coordenadores dos respectivos cursos.

Todo os materiais educacionais e atividade propostas serão baseadas nas melhores práticas pedagógicas encontradas no mercado, com a compreensão de que o desenvolvimento do material didático, deve ter critérios estruturados, para que os projetos pedagógicos atendam aos requisitos de formação exigidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais respectivas, e que também possam expressar o pensamento da Instituição quanto, à cultura, à ciência e à formação profissional cidadã.

Os materiais didáticos (audiovisual e escrito), serão produzidos para o ambiente virtual de aprendizagem. Esse ambiente virtual possui livros digitais, vídeoaulas, e conteúdos complementares que possibilita o estudo e desenvolvimento das atividades acadêmicas que facilitam o processo ensino-aprendizagem.

Fluxograma de Distribuição do Material Didático



2.4 Coordenador do Curso

O coordenador do Curso de Gestão Pública da **Escola Superior do Ministério Público**, tem por atribuição reunir o Colegiado do Curso e NDE (Núcleo Docente Estruturante), planejar e deliberar ações para o bom andamento do ensino e aprendizagem, atuando conjuntamente aos órgãos colegiados para o desenvolvimento do curso.

A atuação do Coordenador do Curso de Gestão Pública encontra respaldo legal no Regimento da Faculdade, que atribui ao Coordenador à função de presidir o NDE e o Colegiado de Curso, composto pelos docentes que ministrarão as disciplinas do currículo desenvolvido no âmbito do curso.

2.4.1 Atuação do Coordenador

Do ponto de vista normativo, a atuação do Coordenador do Curso será pautada pelas diretrizes institucionais (PDI), políticas (PPI) e pedagógicas (PPC) imanentes da Faculdade, notadamente no aspecto relativo à sua missão de formar cidadãos e profissionais competentes e comprometidos com o desenvolvimento regional e nacional, com preservação e divulgação dos valores históricos, de seus fundadores e seus pioneiros. A partir desta diretriz norteadora, o coordenador de curso e o seu substituto eventual serão professores designados pelo Diretor Geral, com titulação adequada às suas funções, preferencialmente, mestre ou doutor.

Em relação ao aspecto acadêmico-administrativo, o coordenador desempenhará suas funções norteador por uma gama de valores, critérios e parâmetros pedagógicos, referendados normativamente (PDI, PPI, Regimentos, Resoluções, Portarias etc), e que visam ao atendimento das exigências dos cursos, bem como aos objetivos e compromissos da IES, e que se fazem refletir diretamente no conjunto de suas atribuições já elencadas.

Tomando-se como base tais atribuições, a coordenação do curso adotará sistematicamente e, formalmente, uma série de atividades práticas que se consolidarão e se institucionalizarão no cotidiano administrativo do curso. É o coordenador de curso o ator principal do fazer pedagógico quando, em suas atividades cotidianas, criará as condições ideais, formais e pedagógicas para uma condução em um nível de excelência.

Dessa forma, a atuação do coordenador se converterá em atos pedagógicos, organizacionais e procedimentais que estarão diretamente ligados à administração do curso, enquanto práticas consolidadas e institucionalizadas, nos seguintes termos: dimensão didático-pedagógica e dimensão acadêmico-administrativa.

As atribuições do Coordenador de Curso são definidas no Regimento Geral da Faculdade e abrangem:

- I - Elaborar o projeto pedagógico do curso, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante - NDE;
- II- superintender todas as atividades da Coordenadoria, representando-a junto às autoridades

e órgãos da **Escola Superior do Ministério Público**;

III - convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;

IV - acompanhar a execução das atividades programadas, bem como o desempenho e a assiduidade dos professores, alunos e do pessoal técnico-administrativo sob sua supervisão;

V - apresentar, semestralmente, ao Colegiado de Curso e à Diretoria, relatório das atividades da Coordenadoria;

VI - sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;

VII - encaminhar, ao setor responsável pelo controle acadêmico, nos prazos fixados pelo Diretor, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;

VIII - promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e não-docente nele lotado;

IX - propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos e o desenvolvimento de projetos de iniciação científica e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;

X - distribuir encargos de ensino, iniciação científica e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;

XI - decidir, após pronunciamento do professor da disciplina ou unidade curricular, sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;

XII - delegar competência, sem prejuízo de sua responsabilidade; e

XIII - exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

A gestão do Prof. **Lincoln Nogueira Marcellos**, será baseada na mediação dos diferentes atores, com o objetivo de garantir que o projeto político-pedagógico se concretize, que a comunidade acadêmica possa apresentar suas expectativas e sugestões em relação a eventuais mudanças e assim construir um trabalho efetivo em busca de melhorias constantes do processo de ensino-aprendizagem. O Prof. Lincoln Nogueira Marcellos gerencia, coordena e supervisiona todas as atividades relacionadas com o processo de ensino e aprendizagem.

2.4.2 Experiência do Coordenador do Curso

O coordenador do **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública** da **Escola Superior do Ministério Público** será o professor **Lincoln Nogueira Marcellos**.

Pós-doutorando junto ao PAD/LSI - Universidade de São Paulo, na mesma instituição foi Pesquisador **Pós-doutorando** nível PD-II (FUSP). **Doutor** em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, créditos de doutoramento cursados na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). **Mestre** em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), **Bacharel** em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, **Bacharel** em Economia pela Fundação Santo André e **Bacharel** em Administração com habilitação em Recursos Humanos e Marketing pela Fundação Santo André. Diretor da Câmara Temática da Saúde da Agência de Desenvolvimento do circuito entre Serras e Águas (2007-2009). **Especialização** *lato-sensu* em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense, UFF. Integrou grupo pós-doutoral no Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Universidad de Manizales (Colômbia) e Colegio de la Frontera Norte (México). Aprovado em concurso público para o cargo EXECUTIVO PÚBLICO, pelo Órgão Setorial de Recursos Humanos da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Diretor e coordenador de curso em Instituições de Ensino Superior. Perito Federal Economista e Administrador nomeado pela Justiça Federal do Estado de São Paulo (TRF 3a. Região). Professor Emérito pela Ordem dos Advogados do Brasil (Subseções Grande ABC e Baixada Santista) e pelo Rotary Clube Distrito 4420. Avaliador de Cursos Superiores pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP). Professor em cursos de pós-graduação da Uniderp (Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal), Uninove, FMU, FIAM-FAAM e Unicid. Atualmente Professor convidado da FIA - Fundação Instituto de Administração (Núcleo Labfin/Provar) nos cursos MBA em Gestão de Negócios, Inteligência de Mercado e de Gestão de Negócios, Vendas e Planejamento de Vendas. Professor convidado da Fecap nos cursos de Pós-graduação EaD. Professor nível III-F no Centro Paula Souza/Fatec. Professor do Curso de Bacharelado em Direito da Unisa (Universidade Santo Amaro). Technical Committee member in Sustainable Cities Latin America Conference (IEEE SCLA). Pertencente ao Conselho Editorial da South American Development Society Journal, Revista Unigran - Redes de suprimentos e logística (issn 2317-5842), Pertencente ao conselho científico da REGIT: Revista de Estudos de Gestão, Informação e Tecnologia (Fatec Itaquaquecetuba), Pertencente ao corpo editorial da Brazilian Journal of Global Health_RBSG, Membro de bancas de Mestrado no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) em São Paulo. Grau de Comendador atribuído pela CÂMARA BRASILEIRA DE CULTURA EM SÃO PAULO e CÂMARA BRASILEIRA DE CULTURA EM BUENOS AIRES - Linhas de Pesquisa: Comunicação;

aprendizado eletrônico; informação veiculada pela internet e pelas mídias digitais. ATUAL. COORDENADOR DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.

2.4.3 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

O Coordenador do Curso de Gestão Pública da **Escola Superior do Ministério Público**, cumprirá jornada integral de trabalho, com 40 horas semanais, integrando atividades em sala de aula e hora dedicadas a coordenação do curso, que a possibilita o atendimento da demanda, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, discentes, equipe administrativa, e a representatividade nos colegiados superiores, por meio da elaboração de um plano de ação documentado e compartilhado, que preveja indicadores de desempenho da coordenação a serem disponibilizados publicamente, e o planejamento da administração do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua da qualidade do Curso de Gestão Pública.

2.5 Colegiado do Curso

O colegiado do curso de Gestão Pública da **Escola Superior do Ministério Público**, órgão colegiado de gestão do curso tem seu funcionamento definido no Regimento Interno da faculdade.

O Colegiado do Curso é um órgão deliberativo, consultivo e de assessoramento. Tem a finalidade de promover a coordenação didática e a integração com o Curso de Gestão Pública. É presidido pelo coordenador do curso e tem a participação de um percentual do corpo docente além de um membro discente. Tem regimento próprio, que estabelece sua finalidade, constituição, atribuições, periodicidade das reuniões e disposições finais. O Colegiado possui regimento próprio e em cada reunião, o presidente do Colegiado, realizará as devidas formalizações. As reuniões ordinárias serão bimensais e eventualmente extraordinárias. Todas as atas serão documentadas e digitalizadas, revisadas e assinadas. Após a finalização, serão arquivadas e colocadas à disposição quando necessárias aos discentes e a Gestão Corporativa da IES.

O Colegiado do Curso de Gestão Pública será integrado pelos seguintes membros:

- I - o Coordenador do Curso, que o preside;
- II - três representantes do corpo docente do curso, eleitos por seus pares e nomeados pela Diretoria, com mandato de um ano, podendo haver recondução;
- III - um representante do corpo discente, indicado pelo Diretório ou Centro Acadêmico do Curso, com mandato de um ano, sem direito a recondução.

Compete ao Colegiado do Curso de Gestão Pública:

- I - deliberar sobre o projeto pedagógico do curso, atendidas as diretrizes curriculares nacionais e as normas fixadas pelo CONSUP;
- II - deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas ou unidades curriculares;
- III - emitir parecer sobre os projetos de ensino, iniciação científica e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do CONSUP;
- IV - pronunciar-se, em grau de curso, sobre aproveitamento e adaptação de estudos, assim como sobre aceleração e recuperação de estudos;
- V - apreciar, em grau de recurso, as decisões do Coordenador do curso relativas a pedidos de aproveitamento de estudos, abono ou justificativa de faltas, concessão de regime domiciliar especial de compensação e trancamento de matrícula;
- VI - opinar, quando consultado, sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- VII - aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Curso, elaborado pelo Coordenador;
- VIII - promover a avaliação periódica do curso; e
- IX - exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

Levando-se em consideração as características do colegiado de curso, em seus aspectos composicional e/ou funcional, caberá esclarecer a enorme importância desse espaço de concepção e de debate sobre todas as implicações pedagógicas do curso. Trata-se de um campo onde são concebidas e indicadas a maior parte das ações didático-pedagógicas que se transformam em base para a efetivação dessas ações. É esclarecedor também registrar que esse espaço também reflete as diretrizes preconizadas pelo projeto pedagógico do curso, bem como as diretrizes institucionais defendidas pela IES, formalizadas no Plano de

Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico-Institucional (PPI).

A partir disso, o colegiado de curso, em sua composição e funcionamento, refletirá coerentemente as prerrogativas normativas e institucionais da Faculdade, sobretudo no tocante à acessibilidade ao conhecimento da comunidade interna, bem como à garantia de sua autonomia e sua representação junto aos segmentos docentes e discentes.

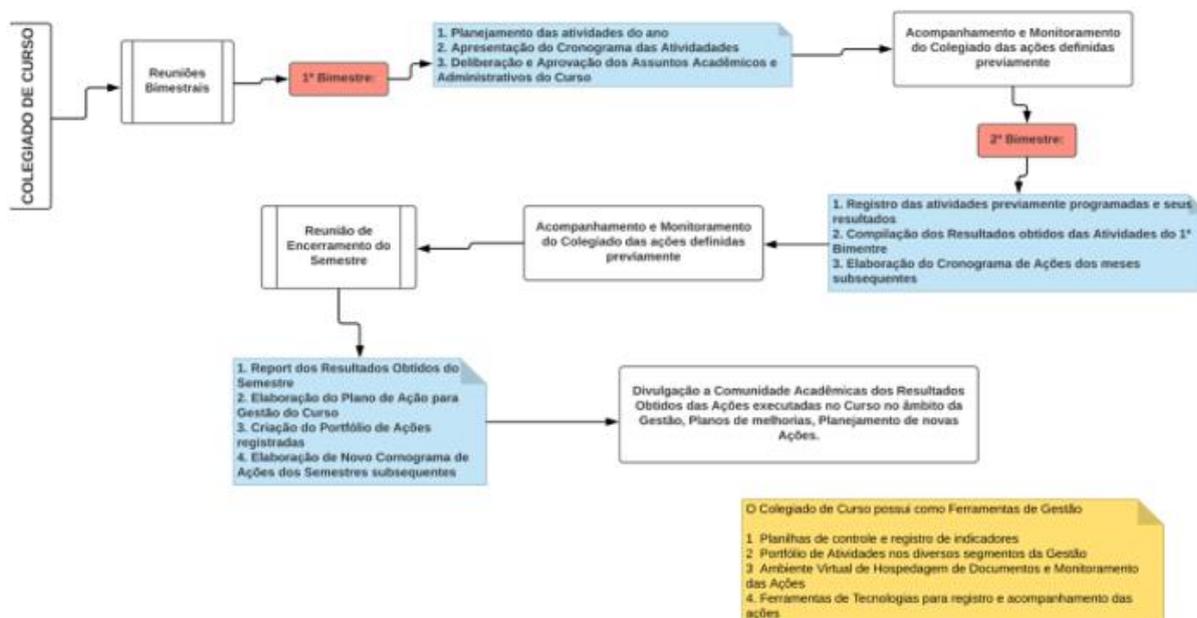
O Colegiado do Curso de Gestão Pública reúne-se ordinariamente duas vezes no semestre, e, extraordinariamente, quando convocado por iniciativa do seu Presidente ou por requerimento de dois terços de seus membros.

A gestão democrática e participativa prevê a existência de mecanismos que permitam que as vozes de todos aqueles que participam do processo educacional possam ser ouvidas e; além disso, possam trazer contribuições para a qualidade do curso.

O Colegiado do Curso possui representação majoritária de docentes e representação discente, portanto, contará com a seguinte composição:

Nº	DOCENTE	CARGO
01	Irma Filomena Lobosco	Representante do Corpo Docente
02	Lincoln Nogueira Marcellos	Presidente
03	Marcelo Salles da Silva	Representante do Corpo Docente
04	Roberto Padilha Moia	Representante do Corpo Docente
05	Discente*	Representante do Corpo Discente

() O discente será designado após o início das atividades do curso.*



2.6 Corpo Docente do Curso

O corpo docentes previsto para o primeiro ano do Curso de Gestão Pública, é responsável pela construção e execução do Projeto Pedagógico do Curso e, também, pelas concepções de ensino, pesquisa e extensão, é composto por profissionais com titulação de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado ou doutorado - obtida em programas, reconhecidos pela Capes, de Instituições de Educação Superior, além de Especialistas *Lato Sensu*. Além disso, o perfil do profissional integrante do corpo docente do curso foi construído observando-se a necessária existência de:

- Aptidão para a pesquisa;
- Aptidão para a extensão;
- Produção científica ininterrupta e recente;
- Titulação de mestrado ou doutorado;
- Disponibilidade de tempo;
- Capacidade de compreensão dos objetivos da Faculdade; e
- Engajamento nos planos acadêmicos.

O corpo docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública para seu primeiro ano foi recrutado e selecionado entre professores com titulação adequada às disciplinas para as quais foram indicados. A jornada semanal de trabalho desses professores respeita o Plano de Carreira Docente (TI – Tempo Integral; TP – Tempo Parcial e Horista).

São atribuições do professor:

- I. Elaborar o plano de ensino de sua disciplina ou atividade, submetendo-o à aprovação do Conselho de Curso, por intermédio da coordenação respectiva;
- II. Orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária;
- III. Registrar a matéria lecionada e controlar a frequência dos alunos;
- IV. Organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos alunos;
- V. Fornecer, ao setor competente, as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, bem como a frequência dos alunos, dentro dos prazos fixados pela Diretoria;
- VI. Observar o regime disciplinar da Faculdade;
- VII. Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado;
- VIII. Recorrer das decisões dos órgãos deliberativos ou executivos;
- IX. Comparecer às reuniões e solenidades programadas pela Direção da Faculdade e seus órgãos colegiados;
- X. Responder pela ordem na turma para a qual estiver lecionando, pelo uso do material e pela sua conservação;
- XI. Orientar os trabalhos escolares e quaisquer atividades extracurriculares relacionadas com a disciplina;
- XII. Planejar e orientar pesquisas, estudos e publicações;
- XIII. Não defender ideias ou princípios que conduzam a qualquer tipo de discriminação ou preconceito ou que contrariem este Regimento e as leis;
- XIV. Comparecer ao serviço, mesmo no período de recesso letivo, sempre que necessário, por convocação da coordenação do curso ou da direção da Faculdade;
- XV. Elaborar, quando convocado, questões para os processos seletivos, aplicar as provas e

fiscalizar a sua realização;

XVI. Exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei e neste Regimento.

A **Escola Superior do Ministério Público** constituiu seu corpo docente para o Curso de Gestão Pública com profissionais altamente qualificados, sendo 100% do quadro com titulação em nível de *Stricto Sensu*, além de experiência profissional igual ou superior a 5 anos. O Curso possui 08 (oito) professores que atuarão no primeiro ano do Curso de Gestão Pública. Na tabela abaixo, está disponível a relação nominal dos docentes do Curso:

Nº	DOCENTE	GRADUAÇÃO
01	Irma Filomena Lobosco	Ciências Contábeis e Ciências Econômicas
02	Lincoln Nogueira Marcellos	Direito, Administração e Economia
03	Marcelo Salles da Silva	Direito
04	Paulo Afonso Cavichioli Carmona	Direito
05	Rafael Lopes de Sousa	História
06	Roberto Padilha Moia	Administração
07	Romes Heriberto Pires de Araújo	Física e Pedagogia
08	Sandra Regina Martini	Ciências Sociais

2.7 Titulação do Corpo Docente

De acordo com a relação dos professores e suas respectivas titulações, verifica-se que o corpo docente do Curso de Gestão Pública da **Escola Superior do Ministério Público** é integrado totalmente por professores mestres e doutores:

Nº	DOCENTE	TITULAÇÃO
01	Irma Filomena Lobosco	Mestre
02	Lincoln Nogueira Marcellos	Doutor
03	Marcelo Salles da Silva	Mestre
04	Paulo Afonso Cavichioli Carmona	Pós-Doutor
05	Rafael Lopes de Sousa	Doutor
06	Roberto Padilha Moia	Doutor
07	Romes Heriberto Pires de Araújo	Doutor
08	Sandra Regina Martini	Pós-Doutora

Nota-se a partir das informações da tabela acima que o Curso de Gestão Pública da **Escola Superior do Ministério Público** possui 08 professores, sendo: 06 Doutores e 02 Mestres. Em percentual: 75,0% são Doutores e 25,0% Mestres. Assim, os docentes do curso com titulação obtida em programa de pós-graduação *Stricto Sensu* corresponde a 100,0%.

TITULAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL	% TOTAL (PÓS-GRADUAÇÃO)
Doutor	06	75,0%	100,0% <i>Stricto Sensu</i>
Mestre	02	25,0%	
Total	08	100,0%	100,0%

2.8 Regime de Trabalho

O corpo docente do Curso de Gestão Pública é integrado por 08 docentes, sendo 01 docente com regime de dedicação em tempo integral; 07 docentes com regime parcial de dedicação ao curso, o que corresponde a 12,5% de tempo integral e 87,5% parcial.

REGIME	QUANTIDADE	PERCENTAGEM
Integral	01	12,5%
Parcial	07	87,5%
TOTAL	08	100,00%

O regime de trabalho do corpo docente previsto para o primeiro ano do Curso de Gestão Pública da **Escola Superior do Ministério Público** possibilita o atendimento integral da demanda, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, atividades de extensão e iniciação científica, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem. A documentação descritiva sobre como as atribuições individuais dos professores serão registradas, considerando a carga horária total por atividade, a ser utilizada no planejamento e gestão para melhoria contínua.

2.9 Experiência Profissional do Corpo Docente

A **Escola Superior do Ministério Público** delineou como perfil do quadro docente para seus cursos de graduação, professores que possuem formação e experiência profissional nas áreas das unidades curriculares e disciplinas a serem ministradas em cada curso.

Assim, o corpo docente do curso de Gestão Pública é composto por docentes qualificados com ampla experiência na Educação Superior e na modalidade a distância, inseridos em suas respectivas áreas de atuação e preocupados em buscar uma qualificação profissional compatível com as exigências de uma instituição inovadora e participante, que objetiva formar profissionais para atuar na área da Gestão Pública com alto grau de excelência.

A Instituição tem a preocupação de manter em seu quadro docente, aqueles cuja formação e experiência no magistério superior atendam satisfatoriamente aos objetivos pedagógicos institucionais, com qualidade e excelência acadêmica.

Os docentes do Curso de Gestão Pública possuem experiência docente comprovada que demonstra e justifica a relação entre a experiência profissional para apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional. Os docentes se mantêm atualizado com relação à interação conteúdo e prática, que possibilita a aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisa as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão.

2.10 Experiência na Docência do Ensino Superior

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso Gestão Pública EaD do Escola Superior do Ministério Público, elaborou relatório de estudo que, considerando o perfil do egresso constante no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), demonstra e justifica a relação entre a experiência profissional do corpo docente previsto e seu desempenho em sala de aula, de modo a caracterizar sua capacidade para apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, manter-se atualizado com relação à interação conteúdo e prática, promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisar as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão.

2.11 Produção Científica, Cultural ou Tecnológica do Corpo Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

As Produções científica, cultural ou tecnológica do corpo docente do Curso de Gestão Pública da Escola Superior do Ministério Público constam do *currículo lattes* dos professores e serão disponibilizadas por ocasião da visita *in loco*.

2.12 Desenvolvimento Docente

A **Escola Superior do Ministério Público** investirá na formação e no desenvolvimento docente, por meios de programas de apoio e incentivo para sua capacitação, investindo nos aspectos didáticos-pedagógicos, na atualização técnico-científica, na inter-relação com os serviços, visando construir parcerias e na capacitação para a gestão das mudanças na escola.

A política de formação e capacitação docente será implantada e regulamentada, de maneira sistêmica e global, envolvendo a formação continuada (capacitação) e o incentivo e o auxílio à participação de docentes em eventos científicos, técnicos e culturais.

É prática da mantenedora disponibilizar e incentivar seus docentes a realizarem cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento, capacitação, etc., com o intuito de atender às necessidades de profissionais que desejam ampliar seus conhecimentos e adquirir ferramentas gerenciais para atuarem de forma competitiva no mercado de trabalho. Os cursos contam com uma excelente infraestrutura e um corpo docente qualificado e ciente das demandas do mercado.

O Plano de Carreira Docente (Plano de Cargos e Salários) da instituição tem por objetivo disciplinar as condições de admissão, demissão, direitos, vantagens, progressão na carreira, deveres e responsabilidades dos membros do quadro docente.

A idoneidade profissional, a capacidade didática, a integridade moral e a boa conduta, são condições fundamentais para o ingresso e permanência no quadro docente da IES.

O processo seletivo para admissão de professores obedece aos seguintes princípios:

- a) além da idoneidade moral do candidato, são considerados seus títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais, relacionados com a disciplina a ser por ele lecionada;
- b) constitui requisito básico o diploma de graduação ou pós-graduação, correspondente a curso que inclua, em nível não inferior de complexidade, matéria idêntica ou afim aquela a ser lecionada.

A carreira do pessoal docente é constituída por três categorias. São elas:

- I - Professor Doutor;
- II - Professor Mestre;
- III - Professor Especialista.

São requisitos mínimos para ingresso nas categorias docentes:

- I - Professor Doutor: ser portador de título de doutor na área em que atua/irá atuar;
- II - Professor Mestre: ser portador do título de mestre na área em que atua/irá atuar;
- III - Professor Especialista: ser portador de título de pós-graduação, em nível de especialização, na área em que atua/irá atuar.

Obedecidos aos requisitos mínimos, são ainda avaliados quanto à docência:

- I – a titulação e a validade dos títulos;
- II – a experiência profissional, docente e fora do magistério; e
- III – a adequação da formação à disciplina ou atividade para a qual estiver sendo selecionado.

A formação do docente em LIBRAS – Língua Brasileira dos Sinais constitui um requisito adicional e prestigiado pela IES na seleção de professores.

A avaliação profissional é realizada pela Coordenação de Cursos e pela Avaliação Institucional, de acordo com seu Programa.

A **Escola Superior do Ministério Público** instituirá o Plano de Capacitação Docente com a finalidade de promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão e

gerência, por meio de cursos de pós-graduação e de treinamento e atualização profissional, oportunizando aos seus professores e pessoal técnico e de apoio administrativo condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

Adicionalmente, no Plano de Desenvolvimento da Instituição estão previstos os seguintes incentivos aos docentes:

- I. Bolsas de estudos integrais ou parciais para programas de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento;
- II. Bolsas de estudos integrais ou parciais a recém-graduados, para os cursos de pós-graduação, em nível de especialização (*lato sensu*), como incentivo para o ingresso na carreira de magistério da instituição, tendo preferência os ex-monitores;
- III. Auxílio financeiro e operacional para que os seus professores e funcionários participem de congressos, seminários, simpósios e eventos similares científicos, educacionais e culturais, em sua área de atuação ou em área afim;
- IV. Cursos de treinamento e atualização profissional;
- V. Cursos de capacitação/atualização em LIBRAS;
- VI. Divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente;
- VII. Infraestrutura para que os seus professores imprimam ou editem suas produções científicas sob o patrocínio da IES; e,
- VIII. Licença, sem perda do vencimento, para participação em programas externos ou internos de pós-graduação e/ou de treinamento profissionais.

2.13 Experiência no exercício da docência na educação a distância.

A **Escola Superior do Ministério Público**, por meio do NDE do curso de Gestão Pública, elaborou relatório de estudo que, considerando o perfil do egresso constante no PPC, demonstra e justifica a relação entre a experiência no exercício da docência na educação a distância do corpo docente previsto e seu desempenho, de modo a caracterizar sua capacidade para identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma,

apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exercer liderança e ter sua produção reconhecida.

2.14 Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.

A **Escola Superior do Ministério Público**, por meio do NDE do curso de Gestão Pública, elaborou relatório de estudo que, considerando o perfil do egresso constante no PPC, demonstra e justifica a relação entre a experiência no exercício da tutoria na educação a distância do corpo tutorial e seu desempenho, de modo a caracterizar, sua capacidade para fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica junto aos discentes, demonstrar inequívoca qualidade no relacionamento com os alunos, incrementando processos de ensino aprendizagem e orientação os alunos, sugerindo atividades e leituras complementares que auxiliam sua formação.

2.15 Titulação e formação do corpo de tutores do curso.

Todos os tutores previstos são graduados na área da disciplina pelas quais são responsáveis, a maioria possui titulação obtida em pós-graduação *stricto sensu*.

2.16 Experiência do corpo de tutores em educação a distância.

A **Escola Superior do Ministério Público**, por meio do NDE do curso de Gestão Pública, elaborou relatório de estudo que, considerando o perfil do egresso constante no PPC, demonstra e justifica a relação entre a experiência do corpo de tutores previsto em educação a distância e seu desempenho, de modo a caracterizar sua capacidade para identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas, em colaboração com os docentes, para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades, e adotar práticas comprovadamente exitosas ou inovadoras no contexto da modalidade a distância.

2.17 Interação entre tutores a distância, docentes e coordenadores de curso a distância.

A **Escola Superior do Ministério Público**, por meio do NDE do curso e Gestão Pública, elaborou um planejamento de interação, em conformidade com o PPC, que possibilita condições de mediação e articulação entre tutores a distância, docentes e coordenador do curso, considera análise sobre a interação para encaminhamento de questões do curso, e prevê avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores.

3. INFRAESTRUTURA

A **Escola Superior do Ministério Público** funcionará na Quadra CRS 502 Bloco A, nº 55, Asa Sul, CEP 70330-510, Brasília/DF.

3.1 Espaço Físico

As instalações da **Escola Superior do Ministério Público** atendem às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT/NBR quanto à iluminação, ventilação, refrigeração, acústica e mobiliário, os quais foram cuidadosamente dimensionados com atenção especial às condições ergonômicas com vistas à humanização de seus ambientes.

As instalações prediais apresentam-se em excelente estado de conservação. Além disso, o espaço físico é adequado ao número de usuários projetados e para cada tipo de atividade.

3.1.1 Instalações Administrativas

As instalações administrativas são bem dimensionadas, dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade, visando garantir o pleno desenvolvimento das atividades administrativas. A **Escola Superior do Ministério Público** possui instalações compatíveis com sua estrutura organizacional e necessidade administrativa.

3.1.2 Espaço de trabalho para docentes em Tempo Integral

Os espaços de trabalho para docentes em Tempo Integral viabilizam ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico, atendem às necessidades institucionais, possuem recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados, garantem privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

3.1.3 Espaço de trabalho para o coordenador

O espaço de trabalho para o coordenador viabiliza as ações acadêmico-administrativas, possui equipamentos adequados, atende às necessidades institucionais, permite o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade e dispõe de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilita formas distintas de trabalho.

3.1.4 Sala coletiva dos professores

A sala coletiva de professores viabiliza o trabalho docente, possui recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados para o quantitativo de docentes, permite o descanso e atividades de lazer e integração e dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais.

3.1.5 Sala de aula

Considerando que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade a distância, da **Escola Superior do Ministério Público** deliberou pela inexistência de atividade presencial na matriz curricular, tal item não se aplica ao curso consoante o disposto no indicador 3.4 do instrumento de avaliação vigente.

3.1.6 Auditório

A **Escola Superior do Ministério Público** possui 01 (um) auditório. O auditório atende às necessidades institucionais, considerando a acessibilidade, o conforto, o isolamento, a

qualidade acústica e a existência de recursos tecnológicos multimídia com alto padrão de qualidade, incluindo-se a disponibilidade de conexão à internet e de equipamentos para videoconferência.

3.1.7 Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança, a acessibilidade, o plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial.

3.2 Equipamentos

a) Acesso a Equipamentos de Informática

O laboratório de informática, ou outro meio de acesso a equipamentos de informática pelos discentes, atende às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico, possui *hardware* e *software* atualizados e passa por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência.

b) Existência da Rede de Comunicação Científica (Internet)

Os equipamentos de informática estão interligados em rede de comunicação científica (Internet). O acesso à Internet é via Wireless.

c) Recursos Audiovisuais e Multimídia

A **Escola Superior do Ministério Público** dispõe de recursos audiovisuais e multimídia que poderão ser utilizados pelos professores e alunos, mediante agendamento prévio com o funcionário responsável pelos equipamentos.

3.3 Biblioteca

3.3.1 Espaço Físico

a) Instalações para o Acervo

O acervo encontra-se organizado em estantes adequadas, com livre acesso aos usuários da biblioteca. Está instalado em local com iluminação natural e artificial adequada. As condições para armazenagem, preservação e disponibilização atendem aos padrões exigidos.

b) Instalações para Estudos Individuais

As instalações para estudos individuais são adequadas no que se refere ao espaço físico com conforto, acústica, iluminação, ar condicionado e mobiliário.

c) Instalações para Estudos em Grupos

Da mesma forma, as instalações para estudos em grupo são adequadas no que se refere ao espaço físico com conforto, acústica, iluminação, ar condicionado e mobiliário.

3.3.2 Acervo

a) Livros

O acervo bibliográfico virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e está registrado em nome da mantenedora da IES, a qual possui personalidade jurídica para firmar contratos.

O acervo da bibliografia básica e complementar é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC.

Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas e a quantidade de assinatura de acesso.

O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC.

O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

b) Periódicos

O acervo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública conta com assinatura corrente de títulos de periódicos que atendem às necessidades acadêmico-científicas da comunidade acadêmica.

c) Informatização

A biblioteca está totalmente informatizada, no que se refere à consulta ao acervo, aos recursos de pesquisa informatizada e ao empréstimo domiciliar. O acervo disponível já está todo representado no sistema informatizado utilizado pela Instituição.

d) Base de Dados

A biblioteca já disponibiliza sua base de dados do acervo para consulta local e possui microcomputadores com acesso à Internet para consulta a várias bases de dados.

e) Política de Aquisição, Expansão e Atualização

O acervo é constituído por livros, periódicos, monografias, base de dados e multimídia abrangendo as áreas do conhecimento em que a **Escola Superior do Ministério Público** atua.

O planejamento econômico-financeiro da **Escola Superior do Ministério Público**, anualmente reserva dotação orçamentária para atualização e ampliação do acervo.

O acervo bibliográfico é atualizado constantemente, por indicação de alunos e professores, por solicitação da coordenadoria e da equipe da Biblioteca, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudos, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de pesquisa, iniciação científica e extensão. É dada prioridade, na aquisição de livros, àqueles indicados pelos professores como bibliografia básica e complementar de cada disciplina dos cursos ministrados, em todos os níveis.

Os coordenadores são os responsáveis por efetuar o levantamento do acervo junto aos professores, bem como encaminhar a relação bibliográfica ao Colegiado de Curso e posteriormente à Diretoria Geral para que autorize a aquisição. Os livros mais antigos serão mantidos para consulta histórica.

A aquisição de livros é feita mediante cotação de menor preço junto ao mercado livreiro. A biblioteca também pode incrementar o acervo por meio de doações de livros realizadas por pessoas física ou jurídica.

Os títulos, assinaturas e materiais multimídia adquiridos, são catalogados pela Bibliotecária antes de serem disponibilizados.

3.3.3 Serviços

a) Horário de Funcionamento

A biblioteca da **Escola Superior do Ministério Público** funciona de segunda a sexta-feira no horário das 08h00m às 22h00m e aos sábados no horário das 8h00m às 14h00m.

b) Serviço e Condições de Acesso ao Acervo

A biblioteca disponibiliza os seguintes serviços: consulta local; empréstimo domiciliar; reserva; empréstimos entre bibliotecas; levantamento bibliográfico; e orientação quanto à normalização bibliográfica (normas ABNT).

A biblioteca é aberta à comunidade externa para consultas em geral. Apenas alunos, professores e funcionários podem solicitar empréstimo de material do acervo.

Os usuários podem retirar, pelo prazo de 07 (sete) dias, até 03 (três) livros, podendo o prazo de empréstimo ser renovado, caso não haja reserva.

As reservas podem ser realizadas no balcão de atendimento. Todo material emprestado pode ser reservado e, quando devolvido, fica à disposição do usuário que reservou por 24 horas. Após esse prazo, passa para outro usuário que tenha feito reserva ou volta à estante.

O levantamento bibliográfico permite a pesquisa por determinado título, autor ou assunto, podendo ser em acervo próprio ou por meio de consulta em bases de dados externas.

c) Pessoal Técnico-Administrativo

O pessoal técnico-administrativo é formado por 01 (uma) bibliotecária e 01 (uma) auxiliar.

3.4 Laboratório

3.4.1 Laboratório de Informática

A **Escola Superior do Ministério Público** possui um laboratório de informática, instalado em uma área com capacidade para a realização da prova, com 28 máquinas, além de impressoras e demais equipamentos de informática e internet.

O laboratório de informática funciona de segunda a sexta-feira no horário das 08h às 22h e aos sábados das 8h às 12h. O laboratório tem um técnico responsável pelas atividades nele realizadas.